

[S E M I N Á R I O I N T E R N A C I O N A L]
[construindo um observatório de luta contra a pobreza em Lisboa]

Acta do Seminário Internacional

Construindo um Observatório de Luta contra a Pobreza em Lisboa

**Hotel Radisson
26 de Fevereiro de 2008**



observatório

luta contra a pobreza
na cidade de Lisboa

REAPN – Rede Europeia Anti-Pobreza / Portugal

Rua Soeiro Pereira Gomes, n.º 7 – Apartamento 311 – 1600-196 Lisboa

Tel.: +351.21.798 64 48

Fax: +351.21.797 65 90

E-mail: observatoriopobreza@reapn.org

www.observatorio-lisboa.reapn.org

Índice

<i>Apresentação</i>	3
<i>Sessão de Abertura</i>	4
Presidente da REAPN – Pe. Jardim Moreira	5
Directora do Centro Distrital de Lisboa do Instituto de Segurança Social – Rosa Araújo	9
Directora do ICASS da Catalunha – Carolina Homar	11
Provedor da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa – Rui Cunha	12
<i>1º Painel – A Observação Social na Europa – em direcção de uma rede de Observatórios Locais</i>	14
Introdução e Moderação – Jordi Estivill	15
OASes – Research Unit on Poverty – Jan Vranken	16
Club de l’Observation Sociale de Rhône Alpes – Elisabeth Maurel	20
Observatório do Centro de Serviços e Programação para a Inclusão Social da Província de Potenza – Vito Telesca	24
Observatório da Catalunha – Arnau Comes	26
Observatório de Budapeste – Robert Kovács	29
Debate	31
<i>2º Painel – Construindo um Observatório para Lisboa</i>	39
Apresentação do modelo do Observatório de Lisboa – Sérgio Aires	40
Manuela Silva	60
Elsa Pegado	65
Casimiro Balsa	68
Elisabeth Maurel	70
Jan Vranken	73
Vito Telesca	75
Debate	76
<i>Encerramento</i>	80
Presidente da REAPN – Pe. Jardim Moreira	81
<i>Anexo: Documentação Disponibilizada</i>	82

Apresentação

Desde Outubro de 2006 que a Rede Europeia Anti-Pobreza / Portugal (REAPN), em parceria com a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, promove a implementação de um Observatório de Luta Contra a Pobreza na Cidade de Lisboa.

Neste primeiro ano foram as seguintes as principais actividades concretizadas pelo Observatório:

- *Criou uma identidade própria e um sistema de comunicação;*
- *Definiu o contexto institucional, territorial e político do Observatório tendo por base as políticas e programas de intervenção e os principais actores no âmbito da luta contra a pobreza;*
- *Procurou conhecer e entrar em contacto com as estruturas produtoras de informação;*
- *Dinamizou contactos estratégicos com diferentes actores tendo em vista a futura criação de células de participação e monitorização do Observatório;*
- *Seleccionou diferentes indicadores e formas de tratamento e relato dessa informação, elaborando um primeiro retrato dos principais indicadores (directos e indirectos) da pobreza na Cidade de Lisboa - 1.º Relatório do Observatório;*
- *Deu a conhecer o observatório (também ao nível internacional);*
- *Elaborou um conjunto de bases de dados de recursos disponíveis on-line;*
- *Definiu um modelo para o Observatório de Luta Contra a Pobreza na Cidade de Lisboa;*
- *Desenhou e propôs um Plano Estratégico para o Observatório (2008-2010).*

No final deste primeiro ano de implementação o Observatório de Luta Contra a Pobreza na Cidade de Lisboa decidiu organizar um evento no qual fosse possível, para além de apresentar publicamente os seus resultados, confrontar a nossa experiência, visões e modelo proposto com outros Observatórios e peritos nacionais e internacionais, dando início a um processo de promoção de aprendizagem mútua entre diferentes contextos e práticas.

Na nossa opinião, este Seminário constituiu uma excelente oportunidade para reflectir sobre a possibilidade de criação de uma rede europeia de observatórios locais. Esta possibilidade faz ainda mais sentido quando a Comissão Europeia, na sua Comunicação de 17 de Outubro de 2007 intitulada "Modernizar a protecção social na perspectiva de maior justiça social e coesão económica: avançar com a inclusão activa das pessoas mais afastadas do mercado de trabalho", manifestou o seu interesse em apoiar uma "rede de observatórios locais em parceria com as redes de autoridades locais, prestadores de serviços e ONG, para acompanhar e promover as melhores práticas, em particular no que diz respeito ao acesso a serviços de qualidade".

É igualmente neste sentido que resolvemos compilar os resultados deste Seminário Internacional e disponibilizá-los neste documento para um público mais vasto, permitindo que, de alguma maneira, as reflexões iniciadas durante este evento possam ficar registadas e continuar durante os próximos anos transformando este evento num porto de chegada, mas, também, abrindo as portas de um novo cais de embarque.

Sérgio Aires

Director do Observatório de Luta Contra a Pobreza na Cidade de Lisboa

Sessão de Abertura

Presidente da Rede Europeia Anti-Pobreza / Portugal
Pe Jardim Moreira

**Exmo. Senhor Provedor da Santa Casa da Misericórdia,
Dr. Rui Cunha,**

Exma. Senhora Directora do Centro Distrital de Lisboa do Instituto da Segurança Social, IP, Dr.^a Rosa Araújo

Exma. Senhor Chefe de Gabinete da Senhora Governadora Civil de Lisboa, Dr. António Sardinha,

Exma. Senhora Directora do ICASS da Catalunha, Dr.^a Carolina Homar, a quem dou as especiais boas-vindas a Lisboa

Minhas senhoras e meus senhores,

Devo dizer que é mesmo com muito prazer que presido à abertura deste seminário. É sempre muito gratificante reconhecer que se cumpriu um objectivo, sobretudo quando esse objectivo significa contribuir activamente para a luta contra a pobreza.

Este Seminário é um ponto de chegada, mas, assim espero, abre também as portas de um novo cais de embarque. Hoje, e com a apresentação dos principais resultados alcançados pelo Observatório, cumpre-se uma importantíssima primeira etapa do Observatório de luta contra a pobreza na cidade de Lisboa.

Na realidade, desde a fundação da Rede Europeia Anti-Pobreza em Portugal que sempre defendemos a investigação, o estudo e a utilização de diferentes formas de diagnóstico como meios primordiais no combate à pobreza. Se actualmente isto se tornou uma evidência, e se vai consolidando como prática, não o era assim nos idos anos 90.

Nessa altura, em que tão pouco se sabia sobre a pobreza em Portugal e em que a exclusão era ainda um conceito de difícil definição, já a Rede Europeia Anti-Pobreza se batia, aqui e em Bruxelas, pela promoção de mecanismos de observação e de diagnóstico credíveis como formas fundamentais de combater a pobreza. Perdida que foi a batalha pela criação de um Observatório Europeu (perdida a batalha, mas não a guerra...), alguns Estados da União Europeia conseguiram – sobretudo no âmbito de

iniciativas comunitárias e de projectos europeus - pôr em marcha diferentes Observatórios.

Este movimento de observação social ganha hoje cada vez mais expressão. Os Observatórios parecem uma moda, surgem como cogumelos e, de repente, parece que não se pode viver sem eles. Ora isto não deixa, de facto, de ser verdade. A sociedade muda todos os dias, a uma velocidade cada vez mais estonteante e esta necessidade de observar e diagnosticar em permanência é cada vez mais forte. As necessidades são sempre relativas e o que é hoje cada vez mais importante, particularmente para quem tem que tomar decisões, é conhecer o que é verdadeiramente prioritário. A crescente complexidade dos problemas também está na base da necessidade que os actores, e em primeira instância os responsáveis políticos, têm de conhecerem cada vez melhor a realidade. Ora, no campo específico da pobreza e da exclusão social tudo isto é ainda mais verdadeiro.

Foi precisamente conhecendo e reconhecendo todas estas necessidades que procurámos iniciar a implementação do Observatório de luta contra a pobreza na cidade de Lisboa.

Na nossa opinião cumpriram-se na totalidade e com sucesso os objectivos iniciais: montar uma estrutura mínima, conhecer e dialogar com alguns dos principais actores, recolher e analisar todos os dados disponíveis, “relevar” uma primeira fotografia da pobreza na cidade de Lisboa e dos recursos e políticas disponíveis, disponibilizar várias bases de dados instrumentalmente importantes para análise e monitorização futuras, propor um modelo para o Observatório.

Importa sublinhar que a tarefa não foi fácil. Encontraram-se muitos obstáculos que, de resto, já eram esperados: falta de dados e difícil acesso aos mesmos, uma qualidade e actualidade dos indicadores que nem sempre permite obter informações comparáveis ou monitorizáveis, uma permanente dificuldade de obter dados relativos a uma maior proximidade territorial (freguesias) e a um mais detalhado mapeamento dos fenómenos.

Como sempre afirmámos, esta primeira fase do Observatório pretendia obter uma fotografia. Uma fotografia com todas as suas condicionantes: estática, datada no tempo e no espaço, com um ângulo único e, portanto, permeável a um certo grau de subjectividade. Não obstante estas condições, pensámos que conseguimos uma primeira imagem de alguns dos fenómenos e suas consequências e do seu impacto na

distribuição territorial que nos permite definir um modelo de desenvolvimento coerente com as necessidades e capaz de concretizar a sua missão.

Encontrado que está o modelo, e tirada a primeira fotografia da pobreza na cidade de Lisboa, importa agora avançar para uma segunda etapa. Trata-se de uma etapa em que o Observatório, dotado de um Plano Estratégico para três anos (2008-2010) e de um Plano de Acção para dois anos (2008-2009) procurará qualificar a informação até agora encontrada, monitorizar a informação disponível e, acima de tudo, produzir informação e conhecimento adequados às necessidades entretanto diagnosticadas de uma forma participada e transformando o Observatório de luta contra a pobreza na cidade de Lisboa num verdadeiro instrumento de investigação-acção.

No final deste primeiro ano de implementação gostaríamos de confrontar a nossa experiência, visões e modelo proposto com outros Observatórios e peritos nacionais e internacionais, dando início a um processo de promoção de aprendizagem mútua entre diferentes contextos e práticas.

Foi por esta razão que decidimos organizar este Seminário com um âmbito internacional. Na nossa opinião, este Seminário poderá constituir uma excelente oportunidade para reflectir sobre a possibilidade de criação de uma rede europeia de Observatórios locais. Esta possibilidade faz ainda mais sentido quando a Comissão Europeia, na sua Comunicação de 17 de Outubro de 2007 intitulada "*Modernizar a protecção social na perspectiva de maior justiça social e coesão económica: avançar com a inclusão activa das pessoas mais afastadas do mercado de trabalho*", manifestou o seu interesse em apoiar uma "**rede de Observatórios locais em parceria com as redes de autoridades locais, prestadores de serviços e ONG, para acompanhar e promover as melhores práticas, em particular no que diz respeito ao acesso a serviços de qualidade**". Esperemos que a presença de tão ilustres peritos de outros países – peritos a quem agradeço imenso a sua disponibilidade e a quem desejo as boas-vindas – possa contribuir para mais este objectivo.

Enquanto presidente da entidade promotora do Observatório não posso deixar de aproveitar para agradecer a todos quantos contribuíram para a concretização desta primeira etapa. Uma primeira palavra de agradecimento e reconhecimento à Santa Casa da Misericórdia de Lisboa e ao seu Provedor, Dr. Rui Cunha, por, uma vez mais, ter acreditado na REAPN e ter disponibilizado todos os recursos necessários para o desenvolvimento desta iniciativa num verdadeiro espírito de parceria. Gostava também de agradecer a todos quantos ao longo deste primeiro ano se disponibilizaram para ser entrevistados, para fornecer dados ou para participar nos diferentes eventos

promovidos pelo Observatório. Esta activa participação de tantos actores faz antever um profícuo futuro para o Observatório. Embora tratando-se de uma iniciativa da Rede Europeia Anti-Pobreza, importa salientar que o Observatório é uma actividade do Núcleo Distrital de Lisboa da REAPN pelo que desejo agradecer o empenhamento e o trabalho do seu coordenador, Dr. Paulo Teixeira, e da técnica, Dr.^a Maria José Domingos. Finalmente, não poderia deixar de agradecer aos “motores” do Observatório, ou seja aqueles que de uma forma contínua e com o máximo profissionalismo tudo fizeram para levar a bom porto esta iniciativa. Um muito obrigado ao Dr. Sérgio Aires, à Dr.^a Elizabeth Santos e ao Professor Jordi Estivill.

Resta-me afirmar o total empenhamento da Rede Europeia Anti-Pobreza / Portugal na continuidade deste desafio e convidar todos os actores da cidade de Lisboa a colaborarem nesta iniciativa, no sentido de criarmos as condições para uma reflexão colectiva que permita elaborar um conjunto de instrumentos e meios que facilitem um melhor conhecimento tendo como principal objectivo tomar as decisões mais adequadas para a erradicação da pobreza e da exclusão social.

Muito obrigado e votos de bom trabalho!

Directora do Centro Distrital de Lisboa do Instituto de Segurança Social
Rosa Araújo

Senhor Presidente de Rede Europeia Anti-pobreza / Portugal

Senhor Provedor da Santa Casa da Misericórdia

Senhor Chefe de Gabinete da Senhora Governadora Civil de Lisboa

Senhora Directora do ICASS da Catalunha

Meus queridos amigos,

Eu agradeço o convite para estar aqui presente no momento de construção do Observatório de Luta Contra a Pobreza na Cidade de Lisboa e, por isso mesmo, eu louvo esta iniciativa. Saliento precisamente, em primeiro lugar, a dinâmica do próprio título que utiliza o verbo “construindo”. Esta palavra vem reforçar um carácter de aperfeiçoamento, de construção, de adequação que deve nortear toda a nossa inovação na intervenção social. E porque toda e qualquer intervenção pressupõe um conhecimento dinâmico e permanentemente actualizado da realidade social, necessitamos mesmo de condições caleidoscópicas para que o estudo e a observação aprofundada resultem numa intervenção informada e, acima de tudo, integrada.

O Observatório para a Cidade de Lisboa deve ser suficientemente amplo e, ao mesmo tempo, especializado, atendendo à diversidade do território que constitui a cidade de Lisboa. Ele deve ser intersectorial, abrangendo o domínio social em termos latos. Temos que englobar a protecção social, a saúde, a educação, mas também os domínios económico, cultural e ambiental numa lógica do desenvolvimento sustentável. Deve valorizar a perspectiva do território e a sua geo-referenciação, mas também temos que ter em atenção os ritmos e os fluxos próprios desta cidade, que é capital de um país e que possui milhares de pessoas que não residem nela, mas que nela passam muito tempo quer pelo trabalho, quer pelo lazer, quer pela saúde. E tem que se basear numa perspectiva panorâmica dos problemas sociais de uma forma multidimensional, mas também dos recursos.

Nós temos que articular cada vez mais os nossos recursos. E recursos são respostas, são serviços, são programas, são parcerias e são redes. O trabalho em rede, hoje é fundamental. Se na área da tecnologia e da sociedade do conhecimento não soubermos aproveitar potencialidades e sinergias, para o âmbito da intervenção social, dificilmente conseguiremos a eficácia e preconizaremos a luta que tão bem o Sr. Pe. Jardim aqui explicitou. E para terminar o Observatório tem que ser o espelho fiel da realidade, mas não pode e não deve cingir-se apenas ao seu estudo e à sua interpretação.

Creio que as suas mais valias, também já foram aqui sublinhadas. A principal é a sua utilidade estratégica da criação de processos de intervenção que cada vez tem que ser melhorados e mais pró-activos.

Por fim, não é de mais lembrar, a luta contra a pobreza assume hoje muitas formas. Formas diversificadas. Tantas formas quanto as que estão implicadas na diversidade dos conceitos de pobreza ou ainda no conceito de exclusão. A violência e exclusão, a falta de acesso aos direitos ou mesmo à informação, às oportunidades de crescimento pessoal e social são alguns dos muitos exemplos que aqui poderíamos referir. Por tudo isso, os desafios são muitos. Uns são visíveis, mas muitos são ainda invisíveis.

Da parte do Centro Distrital do Instituto de Segurança Social queria pôr-me a disposição para contarem com tudo o que estiver ao nosso alcance, na medida em que fazemos parte de uma Rede Social da cidade e estamos empenhados na continuação também da construção desta rede.

Obrigada e um bom trabalho!

Directora do ICASS da Catalunya
Carolina Homar

Bom Dia!

Agradecemos esta oportunidade para estarmos presentes e participarmos nesta iniciativa à qual temos todo o prazer em nos juntar para apresentar a meta do Governo Autónomo da Catalunya. Estamos a trabalhar para dispor, ao longo deste ano, de um Observatório, que neste caso é regional, da realidade da pobreza na Catalunya.

Como tal, temos muito interesse em apresentar, neste seminário, a vontade da Catalunya em juntar-se à esta Rede e colaborar estreitamente no fortalecimento deste projecto europeu de criação de centros de observação, que nos permitam dispor de instrumentos teóricos de conhecimento de situações de pobreza no conjunto dos Estados da União Europeia, e, sobretudo, de instrumentos práticos que nos possibilitem reflectir sobre as estratégias de acção para combater as causas da pobreza e melhorar a qualidade de vida das pessoas mais vulneráveis da nossa sociedade.

Portanto, muito brevemente, gostaria de agradecer o convite para participar e partilhar com vocês a experiência de Lisboa, da qual iremos tirar boas notas para incorporar no nosso projecto de criação do Observatório da Catalunya. E gostaríamos de aproveitar este momento para convidar todos vós a promover uma próxima reunião na cidade de Barcelona. Será com todo gosto que iremos acolher os próximos trabalhos da Rede, sobretudo se isto significar um avanço na sua constituição. Uma possibilidade de trabalho de cooperação que, para além do mais, pode ajudar a fortalecer as estratégias dos países da Europa do Sul. Assim, como disse, estão todos convidados a, com a colaboração do Governo da Catalunya, participar no 2.º Seminário Internacional sobre Observatórios Sociais Locais.

Obrigada!

Provedor da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa
Rui Cunha

Cumprimento o Senhor Presidente de Rede Europeia Anti-Pobreza / Portugal. Ele sim é a grande alma da luta contra a pobreza e da necessidade de conhecer bem a realidade para, a partir de um bom conhecimento da realidade, sabermos quais as linhas de comunicação mais correctas. Porque hoje em dia estas questões sociais e as questões da pobreza não se compadecem apenas com intuições e com intervenções baseadas no conhecimento empírico. É necessário partirmos da realidade do terreno para sabermos quais as melhores formas de actuação e a melhor forma de actuação não é impormos àqueles que são objecto da nossa intervenção social, mas sim compreender aquilo que eles querem com a sua participação, com o seu querer, com o seu protagonismo. Porque eles devem ser os principais protagonistas da intervenção que lhes é dirigida.

Cumprimento todos os outros membros da mesa. Um cumprimento muito especial a Dra. Maria de Jesus Barroso Soares. Cumprimento todos os participantes neste seminário.

Reconhecemos com apreço a organização deste Seminário Internacional que, não obstante pretender dar conta do projecto de criação do Observatório de Luta Contra a Pobreza é uma oportunidade de reflexão e de conhecimento sobre as diversas experiências de outros Observatórios existentes na Europa.

Segundo os últimos dados da EUROSTAT reportados a 2006, a Europa apresenta uma taxa de risco de pobreza, depois de transferências sociais, de 16%. Importa reconhecer que Portugal entre 2004 e 2006 conseguiu reduzir a sua taxa de risco de pobreza em 2%, para 18%. Mas é importante referir que, se não fossem as transferências sociais, papel que o Estado assume pela garantia dos direitos sociais dos seus cidadãos, essa taxa de risco de pobreza seria, também segundo a EUROSTAT, de 25%.

É pois urgente trabalhar a todos os níveis para sermos mais eficazes na produção de impactos decisivos na erradicação da pobreza. Para a promoção da inclusão social é, igualmente, essencial reforçar as estratégias locais, do mesmo modo que se procura fazê-lo a nível nacional e europeu.

Nesse sentido, o trabalho em parceria e em rede, a cooperação interinstitucional, nacional e transnacional, bem como o envolvimento e uma maior responsabilização da sociedade civil com o Estado, têm constituído experiências frutuosas na aproximação a

formas organizativas eficazes de exercício da cidadania por parte dos cidadãos mais pobres.

É urgente continuar a garantir uma maior acessibilidade dos cidadãos aos seus direitos sociais, promovendo a solidariedade e o encontro das pessoas com os recursos e os serviços que lhes são necessários para a reconstrução da sua dignidade, assegurando o acesso a um projecto de vida de qualidade onde as palavras exclusão e pobreza não existam. Para tal, há que existir uma acção coordenada, articulada e sustentada contra todas as formas de discriminação.

Temos de saber capitalizar a memória de séculos de luta pela manutenção e promoção de valores como a dignidade, a liberdade, a igualdade, a solidariedade, a cidadania e a justiça. Temos de saber produzir um novo tipo de conhecimento, partilhável, de todos e para todos, com conceitos e indicadores que facilitem a comunicação a uma só voz ao nível local, nacional e internacional. Desta forma saberemos fomentar uma Sociedade e Cultura de Inclusão, mobilizadora de todos os cidadãos e actores, públicos e privados, para uma acção colectiva e participada.

A Santa Casa da Misericórdia de Lisboa tem estado desde sempre na linha da frente neste combate pela inclusão e pela promoção dos direitos sociais dos cidadãos. Tem procurado consolidar e formar alianças de cooperação institucional, como são disso exemplo o Protocolo de Cooperação com o Estado Português, designadamente com o Centro Distrital de Segurança Social de Lisboa, a Rede Social de Lisboa, o acesso ao Microcrédito através da Caixa Económica Montepio Geral, a realização de investigação-acção para melhoria da intervenção social com a participação do ISCTE e Universidade Católica, assim como através do apoio à REAPN para a criação do Observatório de Luta Contra a Pobreza de Lisboa.

Existem muitos outros exemplos de laços de parceria, formais e informais com a Misericórdia de Lisboa, que animam diariamente uma rede de intervenção em parceria e contribuem para a promoção dos direitos sociais dos cidadãos da cidade de Lisboa.

Estamos crentes que o Observatório de Luta Contra a Pobreza para a cidade de Lisboa, saberá dar o seu contributo para melhorar o conhecimento não só sobre a realidade da Pobreza na cidade de Lisboa, mas também sobre os seus actores, o conhecimento e a experiência que todos têm produzido neste combate. Termina, felicitando a REAPN por mais esta concretização, a qual a cidade de Lisboa saberá apreciar e igualmente acolher, desejando a todos um bom dia de trabalho.

Muito Obrigado!

***A Observação Social na Europa – em
direcção de uma rede de Observatórios
Locais***

Introdução e Moderação

Jordi Estivill

Bom Dia a todos e a todas!

Este painel, que começamos agora, tem três objectivos: 1) apresentar os diferentes Observatórios que existem na Europa e as suas práticas; 2) discutir a possibilidade de iniciar uma cooperação europeia dos Observatórios locais; 3) promover um debate entre todos nós, onde terão oportunidade de colocar as vossas questões ou de se posicionarem sobre o que foi dito ao longo deste painel.

Têm nas vossas pastas resumos que cada um dos meus colegas fez sobre os seus Observatórios. Na base destes resumos encontra-se uma grelha de análise utilizada no 1º Panorama dos Observatórios que existem na Europa, desenvolvido no âmbito do Observatório de Lisboa.

Este é um momento favorável aos Observatórios uma vez que, tal como hoje já foi dito de manhã, a Comissão Europeia produziu uma Comunicação onde é dito claramente que a Comissão manifesta o seu interesse em apoiar uma Rede de Observatórios Locais. Desta forma, é importante reflectir em conjunto sobre esta questão e aproveitar esta ocasião neste sentido.

Assim, coloco aos meus colegas de mesa as seguintes questões: O que é o Observatório? Quais são os seus trabalhos? O que fazem? Quais são os resultados objectivos? E pediria igualmente que se posicionassem sobre esta ideia de rede de Observatórios.

Eu irei apresentar o que chamarei de *Yearbook* sobre Pobreza e Exclusão Social que publicamos desde 1992. Já passaram 17 anos desde a primeira edição. Este *Yearbook* está baseado numa base de dados consistente, que desenvolvemos ao longo deste período, e que é um dos produtos desta Unidade de Investigação. Esta é uma unidade de investigação sobre desigualdade, exclusão social, pobreza e a cidade, que abrange um grande número de projectos europeus em desenvolvimento. Irei enunciar, de forma breve, ao longo desta apresentação, alguns destes projectos.

A ideia da publicação do *Yearbook* surgiu em 1983, ou seja, já passou um quarto de século desde que escrevi, para uma fundação, um livro com 125 propostas para o combate à pobreza e exclusão social. Depois de ter escrito esse livro eu pensei, “Mas o que vamos fazer com isso? Temos as propostas, mas como iremos prosseguir? Como essas propostas serão desenvolvidas pelos políticos?”. Por isso considerei que a melhor coisa a fazer para monitorizar a introdução dessas ideias na política actual era ter um *Yearbook* onde se pudesse verificar, anualmente, como essas ideias foram implementadas.

Mas, obviamente, boas ideias levam muito tempo a concretizar. A oportunidade para desenvolver este *Yearbook* surgiu com aquilo que se chamou na altura de *Observatório Europeu sobre Políticas Nacionais de Combate Exclusão Social*. Eu fiz parte deste Observatório e deram-nos algum dinheiro que utilizei para a produção do primeiro *Yearbook*. 17 anos depois temos o 17º *Yearbook*... É uma questão de não desistirmos demasiado cedo.

O *Yearbook* é publicado no início de Dezembro por razões de oportunidade, uma vez que em Dezembro as pessoas prestam mais atenção aos problemas da pobreza. A conferência de imprensa normalmente tem muito sucesso, com cerca de 15 ou 20 jornalistas e estações de TV. O congresso que organizamos pouco depois da conferência de imprensa, onde o *Yearbook* é apresentado formalmente, por vezes atinge uma assistência de 600 pessoas. Entre a assistência encontram-se desde pessoas que estão em situação de pobreza ao ministro responsável pelas políticas de pobreza na Flandres. O ministro explica a sua política de luta contra a pobreza para esse público tão diverso.

É claro que um *Yearbook*, tal como já disse, tem que ter uma base consistente e esta base é a base de dados que tem vindo a ser desenvolvida ao longo destes 15 anos. O

contexto é proporcionado pela unidade de investigação onde está a ser desenvolvido um conjunto diversificado de investigações. Parte das investigações desta unidade são publicadas no *Yearbook*. Publicamos também outros artigos que são externos a esta unidade de investigação para não termos apenas a nossa própria visão e análise sobre a pobreza. Para isso convidamos outros autores da Flandres, tantos quanto possível, para nos darem os seus contributos e obtermos nesta publicação uma visão alargada sobre a pobreza.

Esta publicação é financiada pelo Governo da Flandres desde o 3º ou 4º *Yearbook*. Obviamente que há um certo perigo nisto, mas não temos problemas com isso. A administração pública que nos financia nunca tentou intervir no que publicamos. Por vezes somos muito críticos em relação as políticas de Flandres de luta contra a pobreza, mas eles aceitam e percebem que também é positivo para eles a existência de uma visão crítica independente.

O facto de ser financiado pelo governo da Flandres implica que focamos na situação de Flandres. Como a Bélgica é uma federação, precisamos também de muitas informações existentes ao nível federal. Assim, de facto, também é uma publicação sobre a política em Bélgica e, por vezes, também publicamos contributos sobre a situação na Valónia e em Bruxelas. E, claro, a nossa preocupação é europeia e como tal também temos artigos interessantes sobre a situação europeia. Todos os anos, há pelo menos uma contribuição sobre o desenvolvimento de políticas de pobreza ao nível europeu.

Os objectivos do *Yearbook* são os mesmos do início:

-Recolher todas as informações sobre pobreza e exclusão social que foram produzidas. Isto não foi muito fácil no início. Tivemos realmente que procurar esta informação porque não existia muita investigação ou estatísticas a este nível. Actualmente o problema é reduzir a informação, uma vez que agora, na Flandres assim como noutros países europeus, a pobreza se tornou um problema muito importante também para os políticos.

-Apresentar esta informação num formato e numa linguagem acessível, sem perder a sua qualidade científica. Somos todos investigadores e, como tal, também queremos produzir artigos que sejam aceitáveis para a comunidade científica nacional e internacional. Mas tentamos publicar estes artigos numa linguagem muito acessível.

-Manter este tema no centro das atenções políticas e públicas. Eu trabalho nesta área da pobreza há cerca de 40 anos. O meu primeiro livro sobre a pobreza foi publicado

em 1971. E é possível perceber que há ciclos de atenção sobre a pobreza. Há períodos em que a pobreza não recebe muita atenção na agenda política e outros períodos em que se torna um foco importante da atenção política. Talvez o meu principal objectivo seja garantir que permaneça um foco de atenção, por isso, todos os anos, no fim do ano, os políticos e a imprensa são de certa forma confrontados com o facto de existir pobreza no nosso país, de forma a que não possam dizer que não sabiam.

Nós também temos a nossa definição de pobreza que, como é óbvio, é uma definição multidimensional e muito próxima da que é utilizada actualmente pela União Europeia. A parte mais original desta definição é a última frase: “São incapazes de ultrapassar essas dificuldades por si próprios”. Os pobres estão separados do resto da sociedade também pela sua impotência e isso também é esquecido nas discussões sobre a pobreza.

Cada *Yearbook* tem uma estrutura:

- Na *Introdução* é feito um enquadramento teórico que procuramos desenvolver ao longo destes *Yearbooks*.

- Temos um *Overview* sobre a situação da pobreza e exclusão social na Flandres que abrange áreas como o mercado de trabalho, habitação, educação, saúde, etc. Não discutimos grupos específicos da população. Não estamos a escrever sobre os pobres, mas sobre a pobreza. Escrevemos sobre situações nas quais certos grupos populacionais se encontram. Evitamos uma abordagem da pobreza enquanto um problema pessoal, um problema que é típico de determinados grupos. A pobreza é um fenómeno estrutural que reside na organização da nossa sociedade, na organização do mercado de trabalho, na habitação. É por isso que estamos mais focalizados em situações e não em populações.

- Discutimos também os desenvolvimentos mais significativos ao nível das políticas de pobreza. É uma forma de monitorizar as políticas de pobreza ao nível federal e ao nível da Flandres.

- Temos uma parte temática. No ano passado esta publicação teve 5 ou 6 contribuições sobre a relação entre saúde e pobreza. No ano anterior foi sobre a situação europeia. Houve uma parte temática sobre a organização da assistência pública no nosso país. Tentamos encontrar um equilíbrio entre acompanhar o que está a ocorrer no nosso país e seguir tópicos específicos.

Temos a sorte de possuir um grande grupo de investigadores (de acordo com o padrão existente na Flandres). Actualmente são cerca de 15 pessoas. Anteriormente eram 25, mas diminuimos porque o grupo era demasiadamente grande para gerir. De facto, temos apenas um investigador imputado financeiramente ao *Yearbook*, mas os colegas do Centro de Investigação contribuem para esta publicação. Claro que muito do meu tempo livre é ocupado com a produção do *Yearbook*, especialmente o mês de Setembro quando tenho que ler todas as contribuições para ter uma capacidade geral de editar o *Yearbook*.

Somos financiados pelo governo da Flandres num valor aproximado de 75.000 € mas que já não é suficiente esse financiamento para a produção total do *Yearbook*.

Temos um público muito diverso, como já disse. Inclui desde os políticos (ao nível federal, regional e local), a administração pública, os técnicos da área social, pessoas das ONGs, investigadores, estudantes, jornalistas, membros de associações de pessoas pobres. Muitos estão presentes na apresentação, mas muitos também compram o *Yearbook*. Os membros de associações que representam as pessoas pobres recebem gratuitamente um ou dois exemplares do *Yearbook*.

Portanto, temos o *Yearbook*, a conferência de imprensa, o colóquio, as contribuições de investigadores, entrevistas, o *website*, consultoria... Fazemos muita consultoria especialmente para a administração pública, quer ao nível local, quer ao nível de Flandres. Um dos últimos projectos desta unidade de investigação foi um convite do governo da Flandres para desenvolver um conjunto de indicadores para seguir e monitorar a sua política de pobreza.

Nós esperamos ter algum impacto e sabemos que temos. Depois de 17 anos, tornamo-nos num ícone ao nível da pobreza... Temos a impressão que os decisores políticos têm em conta o que escrevemos no *Yearbook*. Não há uma proposta política específica formulada, mas existem as nossas conclusões e reflexões. Uma das últimas propostas foi convidar as crianças para frequentarem a escola em idades inferiores às normais. Nós pensamos que é muito importante para as crianças de famílias pobres irem para a escola tão cedo quanto possível. Esta foi uma das medidas políticas mais recentes a que assistimos, e agora foi aceite no nosso país. Um dos exemplos mais ilustrativos do impacto do *Yearbook* é que a nossa definição de pobreza esta a ser utilizada pelo governo da Flandres como a sua definição oficial.

Bom Dia a todos

Em França, existe uma diversidade de Observatórios que se desenvolveram ao longo dos últimos 20 anos. Temos Observatórios de diferentes naturezas. Observatórios públicos ao nível nacional, regional e local. Há Observatórios associativos, mas é importante sublinhar que a maior parte dos Observatórios associativos funcionam com financiamento público. Há também, mais raramente, Observatórios incluídos nas Universidades, como por exemplo, em Grenoble onde existe um Observatório com particular interesse pelas pessoas em situação de pobreza que não utilizam os serviços e as prestações disponíveis.

Esta cartografia dos Observatórios em França é difícil de fazer e para complicar mais esta situação, é difícil discernir o campo da observação social e particularmente da observação da pobreza e da precariedade. Existem Observatórios generalistas, que se interessam sobre um conjunto de questões, mas existem também um conjunto de Observatórios temáticos, (sobre habitação, a imigração, a saúde, a situação nas prisões, a criança abandonada, o emprego). São todos Observatórios temáticos que obviamente concorrem para o conhecimento da situação da pobreza e da precariedade.

Existe alguma má coordenação entre estes Observatórios, não existe uma formalização destes Observatórios, surgem iniciativas um pouco por todo o lado e há vários problemas metodológicos que se colocam. Esta é a razão porque se criaram iniciativas de nível regional como o Clube da Observação Social. É importante referir que este não é mais um Observatório, mas uma espécie de colectividade informal que resume e que contempla toda a observação social a diferentes níveis e que pretende partilhar questões metodológicas, as abordagens sobre a pobreza, as dificuldades de acesso às fontes estatísticas e as suas respectivas interpretações, etc.

Nesta multiplicidade de Observatórios, proponho a apresentação de dois, uma vez que apresentam características diferentes. O primeiro é o **Observatório Nacional da Pobreza e da Exclusão Social**, um Observatório público. O segundo é a **Missão Regional de Informação sobre a Exclusão** que é um Observatório local / regional e com carácter associativo. Estes dois Observatórios diferem ao nível do âmbito territorial e do estatuto (um é público e o outro é uma associação).

Observatório Nacional da Pobreza e da Exclusão Social

Este Observatório foi criado pela Lei de 29 de Julho em 1998, sendo considerada como a grande lei que enquadra a luta contra a pobreza. Esta lei é importante para as associações porque contempla um conjunto de princípios pertinentes. O primeiro destes princípios declara o direito à dignidade das pessoas e é o fundamento da luta contra a exclusão. No Artigo 1º desta Lei a pobreza é definida como uma privação dos direitos fundamentais. Eu penso que este primeiro Artigo demonstra bem o enquadramento em que ela se pretende situar.

O Observatório da Pobreza, criado por esta Lei, não tem estatuto autónomo. Com efeito, é uma instância de trabalho, uma instância de observação, que é gerida pelos Serviços de Estudos e Investigações do Ministério dos Assuntos Sociais. A sua logística e o seu funcionamento dependem do Ministério dos Assuntos Sociais, mas tem um estatuto um pouco à parte, ou seja, não é um serviço do Ministério.

O Observatório é composto por sete membros de direito que representam as instituições oficiais de estatística - o Instituto Nacional de Estatística e os diferentes serviços de estatística das diferentes administrações - e 14 membros nomeados pelo Ministério dos Assuntos Sociais - 7 membros que são investigadores e universitários e 7 que são pessoas qualificadas e seleccionadas pela sua experiência nas questões da luta contra a pobreza. Mas não há neste Observatório nacional organizações/redes associativas formais. Há pessoas e organizações. A lei de que falei há pouco previa outra questão - o Conselho Nacional de Luta Contra a Exclusão que é composto por grandes redes associativas e de representantes da Administração e que tem como objectivo principal discutir com os representantes do Ministério projectos de lei, projectos de decretos, objectivos e orientações de luta contra a pobreza. Assim, o Observatório é algo mais científico, com uma presença forte de investigadores e universitários com o objectivo de produzir conhecimento sobre a pobreza e o Conselho Nacional de Luta Contra a Exclusão que é mais destinado ao debate entre associações e o governo sobre orientações políticas. No entanto, é importante referir que há um representante do Conselho Nacional de Luta Contra a Exclusão no Observatório e vice-versa.

Qual é o papel do Observatório? Ele reúne-se uma vez por mês em plenário e tem, igualmente, comissões e sub-grupos de trabalho de acordo com as áreas definidas. Ele pode, igualmente, definir áreas de investigação e financiar projectos de investigação. Produz um relatório anual que faz uma abordagem à situação da pobreza e que

contempla dados estatísticos e abordagens mais qualitativas. Publica, igualmente, um boletim electrónico, etc.

Relativamente às abordagens específicas e metodológicas, gostava de vos dizer que o Observatório defende uma abordagem global e multidimensional da pobreza. Por isso, interessa-se por todas as questões, todas as temáticas e todos os públicos. Actualmente, podemos falar em quatro áreas:

- **Os indicadores da pobreza** - o Observatório definiu uma lista de indicadores que são actualizados anualmente. No entanto, esta definição é sensível e muitas vezes não é pacífica. Neste momento, decorre uma discussão entre o governo e o Observatório da Pobreza. O governo fixou, pela primeira vez, um objectivo quantificável de redução da pobreza em que pretende reduzir a pobreza não em 30% mas em 50%. O desacordo entre o Observatório e os membros do governo prende-se com a selecção dos indicadores que vão permitir monitorizar esta redução quantificável da pobreza.
- **Trajectórias das pessoas** - uma vez que os indicadores monetários fornecem apenas uma visão estatística, é importante obter, igualmente, uma visão dinâmica da pobreza e, sobretudo, demonstrar que a pobreza não é um fenómeno isolado, em si, na sociedade. Este é um fenómeno que está relacionado com o conjunto das evoluções das desigualdades. No fundo, é um fenómeno de desigualdades sociais e de precariedade social. Não é um mundo à parte que se encontra separado dos restantes fenómenos sociais. Por isso, é importante ter presente as trajectórias das pessoas para poder ver os baixos e os altos da situação de pobreza, como é que saem, como é que voltam a situação de pobreza, etc.
- **Reflexão sobre a temática - O direito em torno da pobreza** - começou-se a perceber que nas políticas de luta contra a pobreza existem transformações profundas, práticas, sobre o direito, com a associação a termos como, por exemplo: contrapartida, obrigação, inclusão activa, entre outros. Por isso, é importante reflectir sobre o modelo jurídico que estamos a tentar construir em torno da pobreza.
- **Desenvolver em cooperação com as associações uma metodologia de co-construção do conhecimento com os representantes de pessoas em situação de pobreza** e analisar com eles, os indicadores da pobreza.

Missão Regional de Informação sobre a Exclusão

Esta Missão foi fundada em 1992 por um conjunto de associações e representantes regionais do Estado e, um pouco mais tarde, com o Conselho Regional que é a

assembleia da região. A associação que mais trabalhou para esta questão e que esteve na sua origem foi a ADT Quart – Monde.

Este Observatório criou a sua forma associativa e é gerido por um Conselho de Administração. Neste conselho estão representadas a maioria das organizações da região e um certo número de administrações. Ao lado do Conselho de Administração existe um Comité de Orientação onde estão os parceiros financeiros: o Estado, o Conselho Regional e a participação dos Departamentos Regionais.

Esta Missão funciona de forma diferente da do Observatório Nacional de Luta Contra a Pobreza e Exclusão. O seu objectivo é produzir um relatório anual e recolher, analisar e interpretar dados relativamente à pobreza. Mas tem igualmente um princípio muito forte de partilha de conhecimento com as associações que trabalham com pessoas em situação de pobreza. No fundo, todos os assuntos são abordados no relatório anual. Existem comissões que são criadas e que congregam instituições públicas, associações de pessoas em situação de pobreza, investigadores. É esta a grande característica desta Missão, ou seja, a questão da participação e este processo tão participativo que se concretiza no programa *Conhecer Com, para Agir Conjuntamente*. Este é um programa no qual existem grupos de trabalho e regularmente se organizam colóquios. Têm, de um lado, pessoas em situação de pobreza que trabalham um tema e que preparam as suas propostas e, do outro lado, um conjunto de instituições que trabalham sobre o mesmo tema e que reflectem sobre um conjunto de propostas. Depois, num grande colóquio, os dois grupos juntam-se, confrontam as diferentes propostas e, em conjunto, redigem as recomendações finais. Penso que é um trabalho original.

**Observatório do Centro de Serviços e Programação para a Inclusão Social
da Província de Potenza**
Vito Telesca

Bom dia a todos e, em primeiro lugar, obrigado pelo convite que muito me honra.

A experiência do Observatório de Potenza é especial porque a sua necessidade surgiu com a implementação da Estratégia Europeia de Luta contra a Pobreza e Exclusão Social. Foi a luz para nós. Partimos da constatação de que a Estratégia Europeia não desce ao nível local, ela apenas permanece ao nível nacional. E isso é importante para nós que trabalhamos ao nível local e temos que colocar em prática uma estratégia local e fazer um plano de luta contra a pobreza a esse nível. O problema é que não existiam dados e um conhecimento específico da realidade ao nível local. Foi por isso que se começou a discutir com as autoridades locais, os sindicatos e outras organizações não governamentais, no sentido de se fazer uma espécie de assistência à programação da política social e de conhecer melhor a situação da pobreza e exclusão social. Outro elemento que nos ajudou muito foi o Método Aberto de Coordenação que contempla um aspecto importante a este nível que é a mobilização de diferentes actores. É aí que começa o processo de construção do Observatório em Potenza que se chama Centro de Serviços e Programação para a Inclusão Social.

Organizámos um grupo de trabalho que é composto pela Rede Italiana de Luta Contra a Pobreza, os sindicatos, organizações não governamentais, a Caritas e o Instituto Nacional de Estatística. Este grupo é importante porque há necessidade de um confronto dos resultados com os peritos científicos.

Começou-se pela identificação dos indicadores, mas colocou-se uma questão: haviam os indicadores de *Laeken*, mas estes não contemplavam um conhecimento ao nível local. Assim, trabalhou-se no sentido de identificar indicadores que pudessem ser analisados conjuntamente com os indicadores de *Laeken*. Os peritos, ao nível europeu, identificaram 18 indicadores num primeiro momento. Neste momento, penso que são 25 indicadores. É interessante estudar estes indicadores porque a Estratégia Europeia mudou um pouco. Temos uma estratégia que cobre 3 aspectos: a luta contra a pobreza e a exclusão social, as pensões e a saúde. A luta contra a pobreza encontra-se no meio, no coração da Estratégia Europeia. Os indicadores de *Laeken* foram definidos por peritos da União Europeia e são indicadores transversais. Assim, tivemos presente os indicadores de *Laeken* para identificar os indicadores a nível local que nos pudessem ajudar a compreender a situação. Paralelamente, fizemos um inquérito sobre os serviços e sobre o acesso das pessoas da província de Potenza, uma vez que

cada região tem serviços mas nem todos têm os mesmos serviços e nem todas as pessoas acedem aos serviços da mesma forma. É muito interessante estudar a cartografia desses serviços. Consequentemente, apresentou-se um primeiro plano provincial de luta contra a pobreza e a exclusão social.

É apenas o início e é preciso continuar a trabalhar. Penso que este é um desafio de todos nós. Temos que fazer com que a Estratégia Europeia “desça” ao nível local e que ao nível local se faça a programação, que se defina uma estratégia local de luta contra a pobreza e a exclusão social e que esta coloque em prática políticas. A definição das políticas faz-se através da pressão dos actores, isto é, das cooperativas sociais ou de outros actores privados, e não apenas sobre o conhecimento da realidade. Os Observatórios servem para ajudar as Administrações a fazerem a programação/definição de políticas tendo por base a realidade e a voz dos profissionais. Estes dois níveis, que devem cooperar, são absolutamente fundamentais.

A última coisa que eu gostaria de vos dizer é que a partir desta experiência fizemos um trabalho de colocar em rede os Observatórios ao nível europeu e é esta a razão principal porque estamos aqui hoje. Espero, assim, que este trabalho ajude a Comissão Europeia a dar importância à necessidade de colocar em rede os diferentes Observatórios que existem a nível local. Isto porque é importante que se fale a mesma “língua” e é complicado colocar em rede todas as informações dos Observatórios ou de comparar os resultados dos diferentes Observatórios. Por isso, fizemos um estudo metodológico para ajudar os diferentes Observatórios a terem uma mesma análise. No relatório que eu disponibilizei, existe um guia de utilização do Observatório ao nível local. Foi um trabalho que durou dois anos e foi muito duro, mas penso que foi um trabalho muito interessante.

Bom Dia e obrigado pelo convite.

Irei começar por explicar o que já fizemos e o que iremos fazer, uma vez que ainda não estabelecemos definitivamente o *design* final do novo Observatório da Catalunha.

A decisão de criar o Observatório sobre a Pobreza e Exclusão Social na Catalunha está relacionada com a Estratégia para a Inclusão Social, de médio e curto prazo, que o governo catalão desenvolveu. Este Observatório está incluído no Plano Provisório de Acção para Inclusão Social do governo. Este plano encontra-se ainda numa fase preliminar. Como ainda não foi aprovado pelo Conselho Governamental, ainda não teve propriamente o seu início e ainda não foi colocado em prática, apesar de já ter iniciado alguns trabalhos preparatórios para diversas actividades, tais com o Observatório sobre a Pobreza e a Inclusão Social, que é de um dos seus principais instrumentos. Este é o nome que temos vindo a utilizar na construção do Observatório uma vez que ainda não tem um nome oficial. Este Plano também inclui a estrutura dos Planos Locais de Acção para a Inclusão Social. Dois destes planos já iniciaram.

Para além do plano provisório, também é importante perceber que o actual governo da Catalunha demonstra um interesse relativamente maior sobre a dimensão da inclusão social do que o precedente. Pode-se perceber isto através do documento “Pacto do Governo da Catalunha”. Este documento define os objectivos para as políticas sociais e comunitárias, sublinhando que uma destas metas é “garantir a coesão social através da concentração de esforços na criação das melhores condições para a inclusão social”. Este documento também refere explicitamente a necessidade de trabalhar para melhorar a inclusão social e defende a transparência e o empenho da Catalunha em relação à dimensão europeia. Todas estas áreas são dimensões cruciais que definem a nossa ideia ou conceito de Observatório. Pode-se também verificar esta particular intenção em outros documentos-chave tal como o Acordo Estratégico.

É neste contexto, e sobre a direcção e coordenação do Prof. Jordi Estivill, numa parceria com a APIP (Associació per la Inserció Professional), que o governo da Catalunha nos pediu que preparássemos as condições de partida necessárias para construir o novo Observatório da Catalunha. Nós iniciamos este processo no ano passado, desenvolvendo um primeiro documento que foi finalizado em Agosto.

Este primeiro documento foi um estudo dos diferentes Observatórios que existem actualmente na Europa, em Espanha e na Catalunha. Procuramos analisar as suas características e as formas de funcionamento, suas histórias e suas fontes de financiamento, e outros aspectos que pareceram significativos, tais como os seus instrumentos metodológicos, formas de gestão, produtos, etc.

Depois da conclusão deste documento, o Governo da Catalunha solicitou-nos que continuássemos o desenvolvimento de preparação do Observatório. O principal objectivo do trabalho que iremos fazer agora será criar a nossa própria base de trabalho, saber quais os recursos com os quais podemos contar e saber quais as condições sobre as quais teremos que construir o Observatório. A próxima fase envolverá o desenho do primeiro projecto operacional para colocar o Observatório em prática (torna-lo operacional) a curto prazo. Teremos que definir as suas características institucionais, suas estratégias de representação, a participação, a gestão, a organização interna, perfis profissionais necessários, etc.

Mas, deixem-me regressar ao que estamos a fazer... A nossa tarefa agora, tal como já foi referido, é trabalhar em quatro diferentes áreas, relacionadas com os objectivos actuais. O primeiro é conceptual: Temos que descrever e definir claramente os limites dos conceitos que iremos usar no Observatório, de forma a poder encontrar o seu nome definitivo e ser capaz de estabelecer quais serão as suas tarefas diárias. Temos que saber ao que nos estamos a referir exactamente quando falamos de pobreza, inclusão social, exclusão social e outros termos, tais como “vulnerabilidade”. Não é que tenhamos que criar algo de novo. Estes conceitos já estão definidos por diferentes autores e sob diferentes pontos de vista, mas têm que encaixar nas nossas opiniões. Nós estamos a trabalhar no conceito de “vulnerabilidade” em particular. Um conceito que é relativamente novo e que parece comportar um ponto de vista muito interessante se adicionado aos outros conceitos utilizados.

A segunda área do nosso trabalho é saber quais as áreas e temas sobre a exclusão social e pobreza que foram estudados na Catalunha no últimos 10 anos e com que profundidade. Nós queremos saber o que já foi publicado e estamos a analisar toda a bibliografia para ter uma ideia geral do conhecimento actual existente na Catalunha. Este trabalho será extremamente útil para evitar uma duplicação de esforços e para saber o enquadramento teórico que já foi constituído, tal como as equipas profissionais e teóricas que têm vindo a trabalhar neste campo. Nós iremos também tentar identificar algumas falhas e possíveis áreas de desenvolvimento futuro para o nosso trabalho.

A terceira parte do nosso trabalho é examinar a produção estatística actual na Catalunha, focando sobretudo sobre as fontes oficiais. Queremos saber que tipos de fontes de dados existem, que tipos de indicadores podem ser usados e que tipo de informação está disponível. Teremos igualmente de saber até que ponto pode ser útil um exame profundo dos processos de inclusão social e da análise social da pobreza através do ponto de vista quantitativo, e de que forma pode ser útil. Temos também em mente a análise dos indicadores de *Laeken*, a sua aplicação para a realidade da Catalunha, e o seu lugar no Plano de Acção para a Inclusão da Catalunha.

Por fim, estamos a identificar e classificar todas as políticas públicas, programas e projectos da Catalunha na área da inclusão social que foram desenvolvidos pelo governo. Não faremos uma avaliação exaustiva, mas uma primeira descrição colocando o enfoque nas bases de dados que estes programas e departamentos criaram. Isto ajudar-nos-á também a ter uma ideia clara de tudo o que foi feito pelo governo, qual o espaço em que podemos situar o novo Observatório e como este se deve auto-posicionar.

Todo este trabalho finalizará com uma proposta completa para todos os aspectos relacionados e com o arranque do Observatório, tal como anteriormente referido. Seguidamente, os decisores políticos e suas agendas determinarão quando e até onde o Observatório da Catalunha trabalhará.

Observatório de Budapeste

Robert Kovács

Em primeiro lugar gostaria de pedir desculpas por não falar português e não poder apresentar esta comunicação na vossa língua. Em segundo lugar, gostaria de desejar boa sorte ao Observatório da Catalunha porque nós terminamos recentemente esse processo e acho que necessitam de muita sorte e força espiritual para o percurso que estão a fazer neste momento. Também quero agradecer ao Jordi Estivill que me deu a primeira ideia sobre o Observatório há alguns anos atrás.

Nós somos uma organização muito nova. Foi oficialmente registada no dia 1 de Fevereiro. Mas o trabalho iniciou aproximadamente no início do ano passado. Foi um processo longo e árduo que terminamos apenas muito recentemente.

A nossa organização é um pouco especial comparada com as outras porque é uma empresa privada, mas sem fins lucrativos, o que expressa de alguma forma que é independente do governo. Estabelecemos uma direcção científica e estratégica que se encontra acima de nós e que permite garantir que o nosso trabalho vá ao encontro dos nossos objectivos.

O principal objectivo da nossa organização é desenvolver um conjunto de indicadores, tal como muitas outras organizações, mas nesta primeira fase temos que lidar com o mesmo problema já mencionado, ou seja, um único objectivo não exprime todo o processo que queremos desenvolver. Nesta primeira fase temos que separar dois tipos principais de indicadores: um indicador competitivo, que é uma visão externa das actividades do governo local, e um indicador de confiança, que é uma visão interna das actividades do governo local. Se quiserem depois posso falar mais sobre esta questão.

O objectivo de longo prazo da nossa organização é tornar-se um centro europeu metodológico em cooperação com outras organizações tais como as que encontramos aqui hoje.

O principal foco da organização é trabalhar com a questão da democracia local e da inclusão social; com os serviços públicos locais; com a satisfação dos cidadãos sobre os serviços públicos locais; com o desenvolvimento do governo local e regional, que é uma importante questão, na Hungria, com os fundos europeus e a sua utilização, uma vez que muitos destes fundos orientam-se para os governos locais e o desenvolvimento de projectos; e, por fim, o trabalho de consultoria. Esta é uma organização privada que não possui qualquer financiamento público. Vivemos de

projectos de investigação e trabalhos de consultoria. Como tal, isto é importante para financiar a construção dos indicadores e o desenvolvimento do poder local.

Assim, os nossos objectivos são:

- Aumentar a transparência do governo local;
- Desenvolver uma metodologia compreensiva para as actividades do poder local;
- Desenvolver actividades ao nível da cooperação internacional.

A nossa organização tem uma Direcção Estratégica Científica composta por profissionais de alto nível da administração pública, membros da Academia das Ciências da Hungria e outros profissionais.

Como vocação, a nossa organização encontra-se a cooperar com federações do governo local. Na Hungria existe cerca de 7 federações profissionais que não lidam com política. Nós cooperamos com todas estas federações e estamos a procura de projectos para desenvolver essa cooperação. Tal com disse, nós estamos obrigados a trabalhar ao nível da consultoria e da investigação para conseguir financiar as nossas actividades e queremos ser activos na cooperação internacional com Observatórios locais. Estamos abertos a todos estes tipos de actividades e cooperações. A última área de actividade é organizar conferências e publicações sobre o que estamos a fazer, e esperamos poder contar com a vossa presença em Budapeste, na Conferência Internacional de Observatórios Locais que estamos a preparar e que poderá ter lugar na sequência do encontro proposto para Barcelona.

Jordi Estivill

Podemos agora sintetizar o panorama dos diferentes Observatórios. Há uma grande pluralidade de Observatórios: Observatórios de nível local, regional, nacional; Observatórios privados, públicos e mistos; Observatórios que trabalham muito na base do voluntariado e outros que são mais profissionalizados; Observatórios que trabalham com base em dados estatísticos, outros que trabalham mais com dados qualitativos; Observatórios que trabalham mais com a população em situação de pobreza, dando voz a esta população, e Observatórios mais voltados para a administração pública local. Este é o panorama de diversidade dos Observatórios que existem e que trabalham nestes países da Europa.

Penso que há duas questões que devem ser levantadas neste debate. Uma primeira é saber como pode se concretizar a ideia de uma Rede Europeia de Observatórios. Houve um convite para irmos a Barcelona. É bom irmos a Barcelona, mas temos de saber: Porquê? O que iremos fazer lá? Como vamos trabalhar? Vamos trabalhar em conjunto? Quais são as parcerias? O que se pode fazer no futuro? Vito Telesca falou de uma pequena experiência de trabalhar com um conjunto de Observatórios. Poderia dizer quais são os resultados que derivam deste trabalho de colaboração?

Vito Telesca

Não é muito fácil responder a esta questão. Penso que a Elisabete poderá ajudar-me a responder a esta questão uma vez que trabalhamos em conjunto. Estivemos a trabalhar durante dois anos com diferentes Observatórios com experiências muito diferentes. No Reino Unido identificamos um *Thinktank* - um instituto que, politicamente, é próximo da esquerda, mas que cada ano faz um relatório sobre a pobreza - que é o *New Police Institute*. Na Finlândia, identificou-se uma organização que fez um Barómetro Social para o Estado Finlandês. Na Polónia, identificamos uma organização que trabalha na produção de relatórios sobre a pobreza. Identificamos também um membro em Espanha, uma fundação bancária, que aceitou participar no nosso projecto. Assim, nós tínhamos diferentes parceiros - parceiros públicos, parceiros público-privado, parceiros privados, tínhamos também uma rede de autoridades locais e a rede EAPN.

O trabalho não foi muito fácil uma vez que foi difícil obter um consenso entre todos os parceiros. Tínhamos parceiros, como por exemplo os parceiros ingleses, que diziam que a observação era apenas a observação científica. Tínhamos experiências muito diferentes. Mas apesar disso, penso que trabalhamos muito bem. Produzimos um relatório e produzimos um guia dirigido aos utilizadores dos Observatórios. E agora temos que ter um trabalho de terreno se quisermos uma Rede de Observatórios Locais. E, como vocês sabem, o projecto europeu deve contribuir para a missão do que é a Estratégia Europeia de Luta Contra a Pobreza e a Exclusão Social. Esses foram alguns dos resultados deste projecto europeu.

Outra coisa que gostaria de referir é a forte motivação das pessoas que trabalham na observação social. Estas pessoas estavam muito mobilizadas. Estavam muito interessadas em colocar em funcionamento esta rede e em falar a mesma linguagem. Isto satisfaz-me imenso.

Elisabeth Maurel

Eu gostaria de reforçar alguns aspectos que me fizeram reflectir com essa experiência de uma rede de Observatórios. A primeira questão que se colocou a esta Rede de Observatórios Locais foi a difícil relação entre a independência científica e a contribuição para a decisão política. Nós tínhamos membros do grupo de trabalho com situações de origem muito diferentes: uns estavam ligados à administração pública, outros eram constituídos por ONGs com total independência e outros com situações intermédias. Todas as pessoas dizem que o que distingue um Observatório social local de uma actividade de investigação (de uma universidade, por exemplo), é efectivamente a questão da contribuição para acção pública, a questão da avaliação da acção pública e o impacto do seu trabalho. Não se trata do conhecimento pelo conhecimento. Mas ao mesmo tempo há uma exigência absoluta de rigor científico, independência científica. Penso que este trabalho é difícil e ao nível da rede é uma questão importante a colocar.

Uma segunda questão muito trabalhada foi a questão da pluralidade de parceiros nos Observatórios Sociais. Pessoalmente, penso que é mais fácil ao nível local do que ao nível nacional, mas a questão é a mesma. Há que distinguir observação partilhada e a observação participada. A observação partilhada é uma observação social que confronta o ponto de vista de diferentes actores da questão em estudo – os serviços públicos, as ONGs, os sindicatos, as associações de pessoas em situação de pobreza, etc. Esta é uma exigência que nos parece absoluta. A observação participada é a que

reagrupa todos os métodos que se conseguiu inventariar e que se pôs em prática para fazer participar as pessoas envolvidas directamente nas questões. Diz-se que é necessário que a observação seja participada e partilhada. Quando se fala da observação do partenariado é importante saber do que se fala. Uns falam de associação de diferentes actores institucionais, outros falam em pessoas. Por isso, foi necessário distinguir esta questão e pensou-se que as duas coisas não são indissociáveis da observação social, partilhada com diferentes actores, observação participada com as pessoas.

Jan Vranken

Torna-se claro que este panorama de diferentes Observatórios é um campo muito complexo, no sentido em que não nos confrontamos apenas com diferentes níveis territoriais (nacional, regional e local), mas também diferentes temas. Não nos esqueçamos que existem Observatórios centrados na questão do emprego, outros na questão da família, habitação, etc. Todos estes Observatórios têm a dimensão da pobreza e da exclusão social. Alguns destes Observatórios são centros de investigações, outros procuram expressar as necessidades e expectativas das próprias pessoas em situação de pobreza, e outros estão preocupados em apoiar a administração pública. Temos Observatórios independentes e Observatórios que são parte da administração pública. Estes são obviamente mais limitados na sua capacidade de expressar a sua própria perspectiva sobre estas questões.

É importante que todos os Observatórios alcancem um espaço central no debate sobre a pobreza, quer no debate científico, quer no debate político. Existem 3 condições que devem ser respeitadas em qualquer país e em qualquer nível. Primeiro, têm que ser independentes. Segundo, devem tornar-se os peritos em pobreza e exclusão social. Terceiro, têm que desenvolver uma rede abrangente e diversificada com todos actores do campo da pobreza. Quando se consegue atingir estes três critérios, então temos um Observatório cujas opiniões e análises serão tidas em conta. Isto é importante. Os Observatórios que apenas replicam as ideias do governo local, ou que apenas expressam as opiniões das pessoas em situação da pobreza acabam por não ser muito relevantes. É um campo complexo e temos que ter em conta esta complexidade para desenvolver um centro independente de peritos.

Abertura do debate à audiência

1ª Questão

Gostaria de dirigir uma questão a Elisabeth Maurel sobre o envolvimento ao nível local. As pessoas envolvidas são as associações ou também as pessoas que são objecto do estudo?

Elisabeth Maurel

O que perguntou é como se pode juntar os parceiros e as pessoas em situação de pobreza. Ora bem... Gostava de dizer duas coisas. Em primeiro lugar, há uma grande dimensão pragmática. Há uma situação local e formas de se constituir parcerias locais com o objectivo de identificar os parceiros e as pessoas. Penso que é uma dimensão muito pragmática.

Em segundo lugar, sobretudo ao nível nacional, diria que há um conjunto de organizações que se impõem como representativas. Não há um reconhecimento jurídico da representatividade destas organizações, tal como existe ao nível dos sindicatos reconhecido pela lei representativa. Este mecanismo jurídico de reconhecimento não existe para as associações, mas na prática elas funcionam desta forma. Quando se lança uma observação, uma concertação, um debate existe um conjunto de redes de organizações que se impõem; como por exemplo ATD Quart - Monde, Caritas e de outras que são relevantes em França. São grandes redes federativas e, desta forma, elas são convidadas e têm um carácter representativo. Mas isto ao nível nacional. Ao nível local, há um conjunto de pequenas organizações locais, que não estão federadas em nenhuma rede e onde impera o conhecimento mútuo e as relações entre as pessoas. Isto é para as associações.

Depois para as pessoas. A solução mais fácil é fazer representar as pessoas pelas associações que as conhecem, mas não há como ter as pessoas directamente. Mas escolher uma ou duas pessoas para uma concertação não me parece que seja uma boa solução. As associações que trabalham habitualmente com essas pessoas desenvolvem e organizam grupos de trabalho com essas pessoas no sentido de as convidar a um processo de consulta mais geral. É necessário trabalhar com estas pessoas no sentido de se ter uma reflexão própria, propostas próprias. Assim, foi pedido às instituições que reunissem um conjunto de pessoas. A ideia de fazer participar as pessoas isoladamente, escolher directamente as pessoas para participar numa consulta geral, penso que não é eficaz e não é respeitar as pessoas em situação de pobreza.

2ª Questão

Gostaria de começar por agradecer as intervenções de todos os oradores. Penso que nos mostrou a diversidade e a riqueza dos diferentes tipos de Observatórios. Queria colocar uma questão relacionada com o desafio que o Jordi Estivill colocou de uma Rede Europeia de Observatórios Locais. Foi claro que, enquanto na Flandres e em França ouvimos falar de iniciativas que aparentemente não foram muito influenciadas pela Estratégia Europeia, nomeadamente pelo Método Aberto de Coordenação, em outros países, como a apresentação do Vito e da Catalunha, demonstra-se essa influência. Portanto, dá a sensação que há processos que se desenvolvem de formas diferentes relativamente a Estratégia Europeia para a Inclusão Social e ao próprio Método Aberto de Coordenação (MAC). Face a esta diversidade, gostaria de perceber qual a importância, numa Rede Europeia de Observatórios Locais, que será dada pelos diferentes países e pelos diferentes Observatórios à Estratégia Europeia e ao MAC. Em que medida colocam essa questão como uma questão central para o estabelecimento de uma rede europeia? Parece-me que necessariamente vai ter que se confrontar com esta questão.

Vito Telesca

Gostaria de responder a questão do MAC, mas também reflectir sobre algumas coisas ditas pelo Jan Vranken. Uma questão que temos trabalhado muito é a questão da independência dos Observatórios. O problema é que cada financiador condiciona o trabalho dos Observatórios. Mas há que sublinhar a importância do partenariado e da participação para manter a independência dos Observatórios face aos financiadores. A observação deve ser exigente. Isto é importante.

O segundo aspecto é que penso que todos os Observatórios, actualmente, estão obrigados a se confrontarem com o MAC e a Estratégia Europeia. A Rede Europeia de Observatórios é obrigada a fazê-lo, porque é na base da MAC que os Observatórios devem agir ao nível local. Por isso, não o podemos esquecer e colocá-lo de lado. Outra questão que se nos coloca é que em certos países não conhecem, de todo, a Estratégia Europeia. Em França, os Observatórios a nível local não conhecem. E penso que é importante que todos os Observatórios tenham em conta o MAC. É importante para os resultados da observação o trabalho que foi apresentado pela Elisabeth Maurel com as pessoas.

Elisabeth Maurel

Sobre a questão da MAC e sobre a Estratégia Europeia, posso dizer honestamente que a preparação do Plano Nacional para a Inclusão, em França, é feita por um Gabinete Ministerial em contacto com grandes federações associativas, mas praticamente sem nenhum contacto local. É verdade que, ao nível local, a maior parte dos actores e dos Observatórios quando foram criados, há 10/15 anos, a Estratégia Europeia ainda estava pouco desenvolvida e não foi isto que esteve na origem da criação desses Observatórios. Uma questão muito própria da França é como descentralizar o processo de MAC e o processo de preparação dos planos. Os Observatórios locais não estão muito interessados porque é um processo em que não participam. A primeira coisa é territorializar a Estratégia Europeia e a preparação dos planos.

Jordi Estivill

Eu queria apenas acrescentar que há uma tipologia aberta na Estratégia Europeia e as consequências que esta estratégia coloca em cada país. Há países, como a França, em que o Plano Nacional é feito por um grupo de peritos que escrevem o que querem e que enviam a Bruxelas. Esta é uma tipologia. Há outros países em que a Estratégia Europeia tem consequências no país, onde existe uma elaboração ao nível da administração pública central com alguns peritos e com a sociedade civil. Neste caso, o Observatório torna-se, como disse Vito, um espaço de confrontação e de negociação na qual os Observatórios podem desempenhar um papel muito positivo relativamente à Estratégia Europeia – um papel político, mas também um papel de visibilidade da Estratégia Europeia. E a Estratégia Europeia deve ter em conta o que fazem os Observatórios.

Elisabeth Maurel

Eu queria acrescentar que no quadro da Presidência Francesa da União Europeia, o Observatório Nacional da Pobreza propôs organizar uma mesa-redonda europeia sobre a observação social. E espero que se saia do “segredo ministerial” e que se fale de uma forma mais partilhada sobre a Estratégia Europeia.

3ª Questão

Gostaria de perguntar às pessoas que representam esta Rede de Observatórios, se nos poderiam apresentar alguma experiência particularmente interessante do ponto de vista da construção da influência política. Penso que a ideia do Observatório, apesar de tudo, continua muito mais ligada a ideia da construção do conhecimento e do tratamento da informação do que sobre a construção da influência política, que é alguma coisa que também se aprende. Por isso, gostaria de perguntar se, no trajecto da experiência que fizeram, há algum percurso particularmente interessante do ponto de vista desta influência?

Jan Vranken

Eu já me referi à ambição de manter a pobreza no centro da atenção política. Este é o principal objectivo. É por isso que todos os anos produzimos o *Yearbook*. Claro que leva tempo a ser aceite, ao nível nacional, como um centro de peritos sobre a pobreza. Mas a partir do momento em que obtemos esse estatuto, o *Yearbook* é utilizado como fonte de informação pela administração pública. No ano passado, o Ministro nos implorou-nos para não terminarmos com o *Yearbook* porque, caso contrário, eles teriam que recolher todas aquelas informações. A recolha dos dados e a análise dessas informações guiam, de certa forma, as decisões tomadas pelos políticos ao nível nacional, regional e local. Posteriormente, depois de todos esses anos, começa-se a introduzir nas suas conclusões algumas sugestões para os decisores políticos que são muitas vezes tidas em consideração. Algumas discussões públicas iniciam-se com base nessas ideias.

Mas como investigadores, nós temos que manter algum grau científico. Na Flandres, nós temos associações de pobres (associações através das quais os pobres podem falar) que são muito fortes e importantes. Por isso, é fácil, para nós, limitar o nosso papel ao de peritos. Há muitos outros actores sociais que proporcionam muita informação e cada um desempenha um papel específico. Nós recolhemos essas informações e publicamos o *Yearbook*.

Vito Telesca

Uma pequena observação apenas. A região de Potenza decidiu colocar em prática o rendimento mínimo. Em Itália não existe o rendimento mínimo, mas a região decidiu fazer uma experimentação sobre o rendimento dos cidadãos e, ao fim de sete anos,

colocar em prática ao nível regional. O conhecimento da realidade fez com que a região definisse uma política. É uma experimentação e assim vamos ver o que se vai produzir. Penso mesmo que na Bélgica, o Observatório de Bruxelas dá a sua contribuição para a elaboração do plano nacional.

Jordi Estivill

Eu só queria acrescentar uma coisa ao que o Vito disse. Eu penso que uma parte da revisão actual do sistema de rendimento mínimo foi consequência de um conjunto de trabalhos realizados pelos Observatórios. Penso que agora todos falam sobre a pobreza infantil na Europa e de certa forma, essa questão vem do trabalho desenvolvido pelo Observatório inglês que coloca a questão da pobreza infantil e, por isso, tornou-se um tema-chave de preocupação a nível europeu. Penso também que a existência dos Observatórios italianos permitiu colocar sobre a mesa toda a questão da pobreza extrema e aí os Observatórios locais/regionais desempenharam um papel importante.

Robert Kovács

Eu estive a reflectir sobre a questão dos Observatórios locais e a questão da independência dos Observatórios locais em termos políticos. Eu sublinhei na minha apresentação que a independência é muito importante para nós. Penso que a independência política é uma questão de credibilidade. Eu sou mais credível quando sou independente. Todas as pessoas têm a sua condição política, mas em termos de organização profissional eu sou independente. Isto é fundamental porque a influência sobre as políticas é muito importante. O trabalho que se faz, por exemplo ao nível da contribuição das reformas, o funcionamento dos serviços sociais locais, finanças locais é importante. Não se pode estar dependente.

***Construindo um Observatório para
Lisboa***

Director do Observatório de Luta contra a Pobreza de Lisboa **Sérgio Aires**

Boa tarde a todos!

Tentarei dar conta do que fizemos ao longo deste ano. Desenganem-se desde já os que pensam que vou apresentar uma ideia muito clara do que é a pobreza em Lisboa, porque este não era o nosso mandato e não foi isso o que fizemos.

Vou fazer uma primeira apresentação do Observatório de Lisboa e do seu modelo e depois teremos um debate, com um misto de pessoas de Portugal e de outros países, sobre o modelo de Lisboa à luz das suas experiências, dos seus modelos de intervenção ou dos seus trabalhos nestas áreas.

Em termos de apresentação genérica do Observatório, e como já foi dito hoje de manhã, o Observatório é promovido pela REAPN, em parceria com a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa. A REAPN sempre teve uma dimensão de investigação e de análise dos fenómenos da pobreza em Portugal. Está no seu código genético essa dimensão de investigação que considerou, desde a sua fundação, como essencial para a luta contra a pobreza. Portanto, a ideia de um Observatório de luta contra a pobreza, tal como foi dito pelo presidente da REAPN hoje de manhã, sempre esteve no nosso horizonte. Sempre foi defendida por nós. Concretamente, o Observatório de Lisboa é o primeiro exemplo da concretização desta nossa ambição.

Para isto acontecer foi celebrado, no final de 2006, um protocolo com a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa que deu corpo a um primeiro ano de trabalho. Este ano serviu essencialmente para lançar o Observatório, para criar as suas bases e para poder sair do porto. Evidentemente que tínhamos as mais altas ambições que foram, ao longo do tempo, torneadas. Percebemos que nem tudo se podia fazer no tempo de que dispúnhamos e que algumas coisas eram bem mais complicadas do que imaginávamos. Portanto, algumas das acções que procurávamos desenvolver no primeiro ano sofreram, conseqüentemente, um abaixamento de expectativas.

Evidentemente que o seu principal objectivo é produzir conhecimento – neste caso sobre a realidade socio-económica de Lisboa – compreendendo aqui um conjunto muito vasto de indicadores e tentando que este Observatório se dote de uma capacidade de investigação-acção, o que talvez seja a sua principal inovação. Pretendemos que não seja “apenas” a produção de conhecimento. Há Observatórios que “apenas” são produtores de conhecimento e são muito importantes e

indispensáveis. Mas na nossa óptica, sobretudo partindo de uma realidade como a REAPN, era fundamental que este Observatório tivesse, e tenha, uma dimensão de investigação-acção, ou seja, que todo o conhecimento produzido seja baseado nesta possibilidade.

Uma segunda dimensão do Observatório é a dimensão participativa. Pretende-se que este Observatório seja participado e participante. Que não seja apenas um conjunto de pessoas e de recursos ao dispor de um número de indicadores. Mesmo os indicadores que possamos recolher, e que na sua maior parte são quantitativos, possam ser qualificados pela voz dos diferentes actores, aos mais diferentes níveis da cidade de Lisboa.

O que fizemos concretamente? Pensamos que, antes de mais nada, era necessário criar uma identidade que se relacionava muito com o próprio mandato que o Observatório queria ter. Tratava-se de definir uma estrada própria, uma estrada para o Observatório de Lisboa que não deveria ser a cópia de outra ou basear-se na transferência de modelo de outro local para aqui. Conjuntamente com isto, era importante que o Observatório tivesse uma estrutura mínima, um *front office*, um espaço de trabalho, um instrumento de comunicação que não fosse completamente passivo. Por isso, criamos uma página de Internet que não é apenas um cartão de visita do Observatório, mas uma parte fundamental do próprio Observatório. Depois, é necessário dar-se a conhecer e tentar aproveitar a possibilidade de “dar-nos a conhecer”, para conhecer ainda mais.

Uma segunda actividade foi a elaboração de um roteiro internacional de experiências – Panorama dos Observatórios de Luta contra a Pobreza. Pareceu-nos fundamental sistematizar a informação sobre diferentes Observatórios, na Europa e fora da Europa, para percebermos o que se anda a fazer ao nível dos Observatórios de Luta Contra a Pobreza ou de Inclusão Social. Este foi um dos primeiros produtos deste Observatório. Conjuntamente com isto, disponibilizamos também um conjunto abrangente de *links* e contactos para muitos Observatórios. Alguns destes Observatórios estão connosco hoje, com outros também já estabelecemos alguns contactos.

Depois procuramos reunir o maior número de informação possível sobre a pobreza em geral em Portugal e na EU e sobre a pobreza em Lisboa, procurando conhecer o que há e os estudos que foram produzidos nos últimos 10 anos. Nada de muito animador a este nível uma vez que muito pouca coisa se produziu sobre a pobreza em Lisboa. Há muitos estudos que tocam as questões da pobreza e exclusão social, mas não há estudos directamente relacionados com a pobreza. Os que existem são em territórios

específicos ou com públicos específicos. Portanto, não dão uma imagem global. Dito isto, há muita matéria cinzenta. Ao longo deste período, nós estivemos em contacto com as Universidades e os Centros de Investigação e sabemos que há muita investigação científica que está nas gavetas e não tem visibilidade. Este é também um dos objectivos deste Observatório. Servir como plataforma de circulação da informação a este nível. Portanto, aquilo que fizemos, e que é ainda uma pequena semente, é uma espécie de Centro de Documentação *online*, ou seja, é uma parte na página do Observatório que se chama *Documentos*. No futuro será realmente um centro de documentação.

Outra actividade foi naturalmente a selecção das informações a recolher. Tentamos aferir quais os indicadores que existiam. A nossa grande preocupação a este nível foi tentar obter informação mais actualizada e mais desagregada quanto possível, ou seja, tentar ter informação tão próxima quanto possível do contexto real dos territórios de Lisboa, nomeadamente das freguesias. Aqui seleccionamos algumas fontes e inventariamos algumas parcerias com as quais queremos aprofundar o relacionamento. Não é muito fácil. Ou as informações estão muito concentradas em determinados organismos de produção de informação ou estão muito dispersas por outras áreas que não têm muita visibilidade. Portanto, só através de um contacto muito mais próximo com as Universidades e Centros de Investigação é que podemos lá chegar. De qualquer forma, temos identificadas algumas fontes de informação do Observatório. Temos com algumas destas fontes pré-acordos de trabalho futuro que irão se transformar em coisas mais concretas no futuro.

Outra questão que consideramos fundamental era conhecer os actores da cidade de Lisboa. Quando falamos de actores da cidade de Lisboa refiro-me às organizações que trabalham no terreno e que vão respondendo aos problemas de pobreza e exclusão social. Sabíamos que existiam bases de dados sobre isso, uma Carta Social e um conjunto de informação, mas pareceu-nos importante dar um primeiro passo para conhecer essas organizações, do ponto de vista de nome, morada, telefone e fax. Tentar ter essa informação actualizada e preparada para um segundo passo que será uma qualificação dessas informações. De qualquer maneira, esta base de dados está disponível na página do Observatório ainda com uma informação muito estática. Esta base de dados permitiu-nos também conhecer quantas instituições existem e onde estão.

Fizemos também o levantamento de todas as políticas, programas e medidas sob o ponto de vista tipológico e legislativo, ou seja, o seu nome, principais objectivos, principais medidas e o enquadramento legal que têm. Foi uma tarefa pesada. Não era

uma tarefa inicialmente prevista, mas pareceu-nos fundamental e instrumentalmente indispensável. Isto deu origem a uma sistematização destas medidas. Penso que este trabalho ainda não tinha sido feito. Naturalmente que nos terão escapado algumas coisas e quando estávamos a finalizar esta base de dados surgiram novos programas e novas medidas. Mas demos um primeiro passo para sistematizar tudo aquilo que toca estas questões, directa ou indirectamente, de pobreza e da exclusão social. Esta base de dados existe também em suporte informático e foi trabalhada e analisada no relatório. Isto permite, sobretudo, continuar a alimenta-la e qualificá-la, uma vez que, para além de dizer quais as medidas, os seus objectivos e os actores que as concretizam, falta uma outra coluna que é a dos seus resultados. Esta é a coluna que queremos preencher paulatinamente.

Transversalmente, ainda com a estratégia de dar a conhecer o Observatório e de nos imiscuirmos com outras realidades fomos realizando diferentes eventos. Fizemos um seminário de apresentação do Observatório, mas também, num plano operativo, organizamos *workshops* com diferentes actores para podermos qualificar a informação que já tínhamos ou a informação que não tínhamos mas queríamos ter, para podermos ouvir as pessoas que estão mais próximas dos problemas e para que nos pudessem dizer exactamente qual o caminho que deveríamos seguir em relação a determinadas coisas. Também esse trabalho deu corpo à ideia de que o Observatório tem que ser um Observatório participado. Portanto, a observação vai surgir por esta via, ou seja, pela criação de estruturas ou células de reuniões de diferentes pessoas e de diferentes áreas, das pessoas em situação de pobreza, e também dos peritos e outros Observatórios que trabalham áreas paralelas ou concomitantes com o que estamos a fazer.

Tínhamos também o compromisso de elaborar um Plano Estratégico para o Observatório. Pareceu-nos fundamental que, uma vez que falamos sempre em estratégias e da falta dela, o Observatório tivesse precisamente uma visão estratégica e que também se traduzisse na constituição de um modelo para o Observatório de Lisboa.

Finalmente, aquilo que mais visibilidade teve foi o 1º Relatório do Observatório que está disponível na página do Observatório, na Internet, e ao qual qualquer pessoa pode aceder na sua totalidade. Este relatório, só para vos dar uma pincelada, está organizado da seguinte maneira... Para além, naturalmente, de uma introdução e de uma explicação da razão do relatório, o documento inclui quatro capítulos principais. Um primeiro capítulo, no qual achamos que deveríamos dar uma visão global sobre a cidade de Lisboa, portanto, *Cidade de Lisboa: números e factos*. É nesse capítulo que

fazemos uma breve caracterização demográfica da Cidade e que depois abordamos também, sob o ponto de vista mais macro, as questões da educação, da situação económico-financeira, da saúde, da justiça e dos equipamentos sociais. Isto de uma forma relativamente global. Eu digo global porque ao nível destes indicadores falta a desagregação mais territorial. Inclusivamente, para alguns destes indicadores nós só temos dados para o Distrito de Lisboa e alguns só para a Área Metropolitana de Lisboa.

Só quando passamos ao segundo capítulo do relatório – *Principais Indicadores Sociais: um “retrato falado”* – é que nós conseguimos chegar a alguns indicadores mais micro que tem como base territorial as freguesias. Em primeiro lugar, pensamos que era importante fazer um enquadramento geral da pobreza quer em Portugal, quer na UE, e incluir alguns dados que são conhecidos mas que andam dispersos. Pensamos que valia a pena incluir os dados mais actualizados que existiam a este nível em termos nacionais e europeus. Depois, mais concretamente em relação a Lisboa, abordamos a questão dos grupos etários, o tipo de agregado familiar, a situação face ao emprego, a educação, a habitação, a deficiência, a população estrangeira, principal meio de vida, equipamentos e respostas sociais e a protecção social de uma forma mais generalizada. Elegemos o Rendimento Social de Inserção como uma das medidas que foi tratada especificamente e sobre a qual foi possível obter dados ao nível da freguesia. Fizemos uma síntese – um quadro com os principais indicadores disponíveis por freguesia – e tentamos mapificar estes indicadores ao nível do Concelho de Lisboa. Portanto, aquilo que encontram no Relatório é uma página para cada freguesia com os indicadores. São mais do que nós pensávamos, mas, naturalmente, são muito menos do que nós queremos. Estes indicadores têm ainda um outro problema, uma vez que são muito desfasados no tempo e são produzidos por fontes muito distintas. Portanto, não tem grande grau de comparabilidade ou de tratamento estatístico de outra natureza. Dito isto, pensamos que é importante este trabalho, particularmente a mapificação. Para cada um destes indicadores que tínhamos desagregado por freguesia fizemos um mapa do concelho de Lisboa e a sua distribuição. Portanto, com alguma facilidade e rapidez se consegue olhar e ver onde estão mais concentradas as famílias monoparentais, por exemplo. Isto era fácil de ver através dos números, mas pensamos que era importante visualizar através da sua dispersão no mapa..

O relatório termina com duas coisas fundamentais. *Um Primeiro Balanço Conclusivo* não muito atrevido, como já afirmei no início, e orientações para o futuro do Observatório. Estas orientações são a tal capacidade dos Observatórios influenciarem a definição das políticas e contribuir para a sua definição. Finalmente temos um capítulo dedicado a tudo o que é a modelística do Observatório, do seu plano estratégico e do seu plano de acção – *Construindo um Modelo para o Observatório*.

Em relação ao *Primeiro Balanço Conclusivo* tivemos alguns cuidados. Primeiro porque nós sabíamos que só poderíamos obter uma primeira imagem – uma fotografia –, ou seja, só tem uma dimensão, é estática, é marcada no tempo e no espaço e foi tirada com uma câmara muito específica. Não foram utilizadas várias máquinas fotográficas, mas apenas uma, e, portanto, é apenas um olhar. No nosso caso, penso que falar em fotografia é capaz de ser abusivo. O que nós fizemos foram provas de contacto. Provas de contacto eram aquelas fotografias pequenas para depois escolher as que estavam boas. Isto fazia-se antigamente quando não haviam máquinas digitais. Portanto, aqui é também um pouco esta imagem. O que produzimos foram provas de contacto. Ainda há muito trabalho para fazer e seleccionar o que fizemos. Como disse, a qualidade e actualidade dos dados e indicadores não nos permite abusar deles. Porque corremos o risco de sermos imprudentes. Estamos a falar de uma parte substancial dos dados que se referem aos Censos de 2001. Não quisemos utilizar aquilo que o INE propõe como actualizações ou projecções sobre esses dados, porque as perspectivas que o INE propõe são para o Distrito. Não fazem perspectivas para as Freguesias e, portanto, torna-se mais complicado utilizar estes dados.

Depois, a territorialização da informação vale o que vale. Quando damos como exemplo duas freguesias, a Freguesia de Marvila e do Castelo, os meios de comunicação social pegaram nesta questão e ficaram presos a ideia de que a pobreza está em Marvila e no Castelo. Quem dera que assim fosse, porque, nomeadamente ao nível da freguesia do Castelo onde, segundo os Censos, residem cerca de 600 pessoas... Estávamos bem se a pobreza se restringisse a estas freguesias. Portanto, há sempre alguma dificuldade em territorializar a análise porque cada freguesia, como é óbvio, é muito heterogénea. É natural que em cada uma das freguesias convivam as mais diversas situações. É absolutamente abusivo dizer que a pobreza ou a pobreza mais extrema ou os principais problemas de pobreza está na freguesia X ou Y ou num determinado conjunto de freguesias, porque seguramente estamos a cometer alguns erros.

As conclusões, as fotografias ou as provas de contacto também precisam de maior contraste. Algumas delas estão demasiado claras, outras estão demasiado escuras, e portanto, precisam ser trabalhadas. É por isto tudo que nós não tínhamos intenção ou o atrevimento de fazer leituras precipitadas ou bastante arriscadas. Sobretudo leituras que sejam penalizadoras para os territórios dos quais estamos a falar. Marcar Marvila da maneira como se calhar está a acontecer hoje, ao nível dos meios de comunicação social, não é nada positivo para a luta contra a pobreza. Ainda por cima, Marvila já é estigmatizada o suficiente. E, no entanto, as pessoas em situação de pobreza têm

muitos recursos. Elas também têm um grande património que deve ser rentabilizado e activado. Não devemos pensar que há territórios onde parece que quase só é possível uma política de terra queimada.

O que nós fizemos? Tentamos aproximarmos de quatro traços principais deste retrato: uma primeira abordagem sobre o que é o território de Lisboa; uma primeira abordagem do que serão os fenómenos de pobreza e de exclusão em Lisboa; uma primeira abordagem sobre o que são e o que significam as políticas que têm impacto e que intervêm na cidade de Lisboa; e uma primeira abordagem sobre as respostas de intervenção e de combate a pobreza na cidade de Lisboa.

Em relação ao território, em termos muito gerais, parece existir uma espécie de três círculos no interior dos quais existem traços comuns: um primeiro círculo corresponde claramente aos bairros históricos da cidade; um segundo inclui o centro da cidade; e um terceiro corresponde aos territórios que abarcam a margem e a periferia da cidade. Esta periferia não é apenas Marvila, existem muito mais margens. Estes três círculos marcam, quando olhamos para a mapificação dos fenómenos, qualquer coisa que merece a nossa atenção. Dito isto, é apenas uma impressão, uma leitura de uma fotografia. Mas se olharem para os mapas, podem ver que este tipo de análise pode ser fácil de concluir. Há outra coisa muito curiosa e que está muito relacionada com o contexto específico de Lisboa e que, mesmo existindo em outros locais do país, em Lisboa adquire uma grande visibilidade. Refiro-me a convivência entre diferentes paisagens e de fortes clivagens entre uma Lisboa tradicional e uma Lisboa moderna. Todos sabem o que é estar no Rossio e virar duas ou três ruas e encontrar uma horta. Lisboa demonstra ser extraordinariamente tradicional em muitas coisas e em convívio muito próximo com uma situação de grande urbanidade. É vulgar encontrar em várias destas freguesias, tanto nas mais históricas como nas mais modernas, esta situação de se ter um grande prédio e ao lado uma casa com dois séculos. Em ambos vivem pessoas e, naturalmente, não vivem nas mesmas circunstâncias... ou vivem. E Lisboa é muito marcada por este convívio de realidades territoriais (é disto que estamos a falar) e urbanísticas muito distintas e de grandes surpresas.

Como disse, também é importante ter cuidado com estas demarcações territoriais. É óbvio que estas zonas mais problemáticas conservam no seu interior situações completamente distintas. Haverá, em todas freguesias de Lisboa, pessoas em situação extrema de pobreza e pessoas que vivem numa situação de bastante conforto. Esta também é a outra marca da cidade de Lisboa.

Em relação aos fenómenos, tentamos fazer uma abordagem muito pela rama, embora tenhamos consciência de que o que estamos a dizer corresponde de forma muito próxima à realidade. Aqui temos um grau de comparação com outras cidades de Portugal e de outros países que correspondem mais ou menos à mesma dimensão de Lisboa e que têm a mesma função instrumental de ser a capital, de conservar esta função mais centralizada no âmbito do país. Aqui ocorrem e convivem quatro tipos de fenómenos na cidade. Em primeiro lugar, há uma pobreza difusa, não concentrada, que permanece escondida e, por vezes, não expressa as suas necessidades e carências. Isto é uma das coisas que nos foi dita com mais frequência, sobretudo quando falamos com os actores que estão mais próximos do terreno. É a famosa ideia da “pobreza envergonhada”. É claramente a questão dos idosos e da deficiência... a deficiência que não sai de casa e que se julga condenada a não sair de casa. É a situação dos desempregados, sobretudo os desempregados de longa duração com mais idade e que perderam emprego após uma carreira de 30 anos. Estes muitas vezes têm grande dificuldade em assumir a situação em que vivem e em recorrer aos serviços disponíveis. E obviamente é a situação dos baixos salários e que escondem naturalmente a pobreza. Portugal é um dos países com maior número de trabalhadores em situação de pobreza.

Em segundo lugar, existem os fenómenos mais emergentes que se traduzem em novas formas de empobrecimento e de exclusão, dos quais, talvez abusivamente, envolvemos diferentes grupos que merecem naturalmente um tratamento individualizado. Mas é o caso do endividamento. É o caso da toxicodependência. É o caso do desaparecimento das estruturas familiares tradicionais. É também o caso da imigração. São coisas que surgiram relativamente recentemente, que nos colocam desafios e que ainda não tem tanta visibilidade quanto se pensa. Alguns destes fenómenos, como é o caso do endividamento e da imigração, têm ganho bastante mais visibilidade, até porque lhes foram dedicadas algumas medidas políticas. Mas continuam a ser sempre fenómenos emergentes, cujos contornos são ainda, em alguns casos, pouco conhecidos.

Em terceiro lugar, temos aquela que é a pobreza, ou melhor, aquela que é identificada como a pobreza, ou seja, a pobreza extrema, a pobreza que tem visibilidade externa, que está patente nas nossas ruas, que todos temos a oportunidade de ver e de sentir. É uma pobreza com uma tendência cada vez mais para ser crónica. Crónica no sentido que se mantém e que se mantém junto das mesmas pessoas. Não é vulgar que aqui se concentrem diferentes problemas, como por exemplo, pessoas que não possuem emprego, nem qualificações suficientes para aceder a uma qualquer forma de remuneração formal, pessoas que por várias razões podem encontrar-se em situações

de sem abrigo, de sofrerem diferentes dependências associadas ou não a esta situação, se encontrarem envolvidas em formas subterrâneas de economia informal, de se terem de prostituir e outras tantas coisas. Este é o terceiro tipo de pobreza que conseguimos isolar. Tudo isto são abstracções que convém aprofundar.

Em quarto lugar existe uma população que se encontra em risco de pobreza. Eu diria que esta poderia envolver praticamente todos nós e nos últimos anos tem ganho alguns contornos mais preocupantes. É a população que entra em situação de pobreza por uma situação que não controla (sendo que todas as situações que levam uma pessoa a situação de pobreza muitas vezes, ou a maior parte das vezes, não são controladas pelos próprios), tal como situações de doenças prolongadas, do nascimento de um filho deficiente ou um acidente que provoca uma deficiência profunda. É evidente que poderíamos colocar aqui outras problemáticas, como é o caso da toxicodependência que produz o mesmo efeito, mas preferimos deixar no grupo anterior. Há vários grupos que podem passar de um tipo de pobreza para outro. A perda do emprego repentina é obviamente uma coisa que pode acontecer. Uma das coisas que nos diziam as instituições é a questão da viuvez. Esta situação é dramática para uma boa parte da população que vive de pensões relativamente baixas e quando uma das pessoas morre, independentemente da outra parte ficar com a pensão ou uma parte da pensão do cônjuge, normalmente acontece uma coisa curiosa uma vez que, por vezes, a mulher não tinha pensão, tornando assim a situação dela ainda mais débil.

Estes são quatro cenários que nos parece que vale a pena isolar para posteriormente analisar com alguma calma. Naturalmente, dentro de cada um destes grupos de fenómenos convivem muitas coisas. Sobretudo convivem muitas coisas quando nós transpomos isto para o território. O que isto significa em cada um dos territórios da cidade? Eu diria que cada um destes grupos convivem nos diferentes territórios e nas diferentes freguesias da cidade. Mas convivem de outra maneira e de formas muito diferentes.

Em relação as políticas... Lisboa é a capital e este facto tem consequências muito benéficas, mas também prejudiciais para os seus habitantes e, em particular, para os que vivem em situação de pobreza. Tal condição traduz-se numa dispersão muito maior do que em outros sítios ao nível das instâncias, dos responsáveis, dos organismos, das instituições e das respostas. Isto poderia não ser um problema se fosse estrategicamente planeado e fosse posto em marcha em parceria e em rede. Não parece ser este o caso e este parece ser um dos problemas que se soma em Lisboa. A multiplicação de instâncias e de organismos juntamente com a incapacidade ou

inabilidade em fazer com que eles se articulem, cria uma situação um pouco mais catastrófica do que em outros territórios.

Em relação a lista de planos e programas, naturalmente que são muito poucos os planos ou medidas que têm uma base de incidência territorial. A maior parte dos nossos planos têm um âmbito nacional e mesmo as nossas medidas têm um âmbito nacional. Ao contrário do que nos dizia o nosso amigo italiano de manhã que tem divisões administrativas completamente diferentes das nossas, as nossas medidas não sofrem qualquer tipo de adaptação ao território. Portanto, são desenhadas do ponto de vista nacional e são implementadas ao nível local exactamente com os mesmos desenhos, as mesmas características e os mesmos recursos que são implementadas noutra sítio qualquer.

Esta análise também é subjectiva e vale o que vale. Mas, ao analisarmos todos os planos que encontramos, nós descobrimos que apenas em 11% destas medidas o objectivo directo é a luta contra a pobreza. E são tudo planos da área social, sendo de diferentes sectores. Dir-me-ão, “pois mas existem muitas outras medidas que você diz que são indirectas, mas que têm um impacto muito directo”. É verdade. Mas isto é o que eles dizem. Naturalmente, quando disse que nós tínhamos que ter um quarto campo nesta base de dados para analisarmos a eficácia de cada uma destas medidas e dos programas, é aí que vamos ver se nos equivocamos muito (ou quem desenhou o plano se equivocou) quando disse que directamente iria atacar a pobreza. De qualquer maneira, pareceu-nos relativamente surpreendente que apenas 11% expressem este tipo de intenções na definição dos planos (do ponto de vista da menção e da expressão). Com este contexto não será arriscado pressupor que há sobreposições, que há desencontros e, naturalmente, que há falta de coordenação das políticas e dos programas ao nível do território. Isto poderia não ser tão grave se não tivesse efeitos directos nos nossos trabalhos e nas pessoas que são destinatários das medidas e as que estão a implementá-las. Tudo isto determina a acção social e a luta contra a pobreza.

Finalmente, em relação as respostas sociais e a intervenção de combate a pobreza... A leitura dos indicadores, bem como a qualificação dos mesmos que tentamos fazer com conversas e reuniões com diferentes instituições, põem em relevo a falta de planeamento estratégico na cidade. Aqui não estamos a falar apenas da luta contra a pobreza. Estamos a falar também do ordenamento do território e da própria governação administrativa da cidade. Parece-nos absolutamente irreal a divisão administrativa da cidade de Lisboa. A maior parte das pessoas não sabem que há 53 freguesias nesta cidade. E que algumas têm 300 ou 400 habitantes. Não são muitas,

mas há. Parece-me urgente esta revisão administrativa e das suas fronteiras. Pode não querer ser maior do que é enquanto concelho, mas tem que perceber que o concelho de Lisboa não termina onde o concelho de Lisboa termina. Pelo menos os cidadãos de Lisboa não terminam nestas margens. Portanto, há falta de planeamento estratégico na cidade e isto determina quase tudo o resto. Parece que Lisboa cresceu à sua vontade, de uma forma livre, o que poderá ter algum encanto (e seguramente tem encanto e tem aspectos muito positivos), mas também tem o seu lado negativo e que se expressa muito concretamente na forma e na possibilidade de responder a pobreza. Se isto é verdade e se continuar a acontecer, temos então que reconhecer que a morfologia da pobreza e as respostas que se procuram dar a estes fenómenos estão absolutamente dependentes disto. É difícil ir contra a divisão administrativa do território e, portanto, a ausência de planificação obriga a um maior esforço de intervenção de emergência. Ou seja, o facto de não termos sido capazes de planificar estrategicamente uma intervenção na cidade faz com que surja muito mais a emergência do que propriamente uma intervenção de prevenção e uma intervenção que possa evitar o surgimento de vários dos problemas com os quais nos confrontamos.

A natureza e a distribuição dos equipamentos também demonstram esta incoerência. Não é preciso muito trabalho para verificar que há sobreposição de equipamentos onde eles poderão ser menos necessários e ausência de equipamentos em vários dos sítios onde claramente eles eram necessários. Não vou identificar aqui os problemas e os tipos de respostas, mas no relatório damos exemplos concretos de algumas destas incoerências ou onde nos parece existir incoerências. Se temos um local, uma freguesia, um território onde existe, por exemplo, muita população deficiente de várias causas e não há nenhum equipamento para estas áreas, em princípio, qualquer coisa estará mal. Por outro lado, temos exactamente o oposto. Temos territórios onde há uma concentração enorme de infra-estruturas, de respostas, de equipamentos e de instituições sem, aparentemente, existir uma tão grande necessidade desses equipamentos, pelo menos na sua totalidade. Juntamos a isto o facto de onde há uma proliferação de equipamentos há pouca cooperação entre eles, com respostas muito auto-centradas e correspondente duplicação.

Quando se contrasta o tipo de problemas e o tipo de respostas evidencia-se uma tendência bastante conservadora em termos de respostas. Ainda há um relativo desfazamento entre aquilo que são os problemas, hoje, e a realidade. As instituições e as respostas quer públicas, quer privadas, ainda conservam um espírito bastante conservador na sua intervenção, na sua modelística de acções, na sua capacidade de saltar da possibilidade de socorrer a emergência, para uma intervenção muito mais estratégica do ponto de vista de evitar que os fenómenos aconteçam. Resumindo,

trabalhar mais nas causas da pobreza do que nas consequências. Parece-nos, à semelhança do que acontece de uma forma generalizada em quase todo o país, que Lisboa, numa dimensão bastante preocupante, também sofre deste problema de desfasamento entre necessidades e respostas, e sobretudo da dificuldade em dar saltos qualitativos para novas respostas. Isto pode ter bloqueios de muitas naturezas. Em relação a alguns deles nós desconfiamos quais são e vamos tentar perceber-los melhor. Um dos bloqueios que pode ter é a forma de contratualização que o Estado tem com a Sociedade Civil. A formatação das políticas em valências muito estanques impede claramente que as instituições possam navegar para campos menos tradicionais e mais inovadores. Mas poderá haver outras. Poderá ser a própria Sociedade Civil que está a ter dificuldades em acompanhar a mudança, portanto, não consegue de facto responder e mantém-se no sítio em que está. Nós vamos ter que perceber melhor tudo isto.

No relatório temos um conjunto de recomendações que nós próprios fizemos ao Observatório. São auto-recomendações, leituras que fizemos do trabalho que desenvolvemos e que resultam muito do que acabei de dizer. Uma das recomendações é que o Observatório deverá aprofundar o conhecimento sobre as causas. Neste relatório, nós temos essencialmente as consequências. Sobre as causas, particularmente em relação a alguns fenómenos, ainda está tudo muito por apurar. Sobretudo porque estes fenómenos mudam todos os dias e também mudam as causas. Daí que também pode haver um desfasamento entre a necessidade de desenhar uma política que identificou uma causa e, portanto, tenta responder-lhe, mas esquecendo-se que esta causa está num território e num tempo. Não é possível modelar uma resposta para uma causa de pobreza e transplantá-la para qualquer território e para qualquer nível de intervenção.

Portanto, o Observatório tem que se concentrar claramente neste aprofundamento das causas da pobreza. Isto pode-se fazer de muitas maneiras. A nossa proposta é a de caracterizar alguns fenómenos em específico. Há fome de estudos específicos e sobre assuntos específicos. Muitas coisas se fazem e algumas organizações tomam iniciativas de desenvolver estes tipos de estudos. Muita coisa também se faz nas universidades. Mas a verdade é que ainda há muita coisa a fazer no que se refere a caracterização de fenómenos específicos. Isto pode fazer-se de muitas maneiras e a que nós propomos fazer é uma espécie de barómetro. Digo uma espécie porque ainda vamos ver exactamente o que é isso do barómetro, se tem interesse que seja efectivamente um barómetro e que formato irá tomar. Mas basicamente o que iremos fazer é acompanhar um painel de famílias e pessoas que estão expostas ou que são vítimas de algum destes fenómenos e acompanhá-las, observando a sua situação

inicial, a sua situação de meio-termo e a sua situação num determinado espaço temporal. Tudo isto partindo do princípio que estão a ser alvo de medidas, de programas e de respostas. É uma tentativa de qualificar também a intervenção social que é feita junto desses grupos. Este barómetro deve medir a “temperatura” dessas medidas ao longo do tempo. Mas, queríamos fazer isto não só com as pessoas em situação em pobreza. Seria muito bom termos também um barómetro das próprias instituições e um barómetro dos próprios técnicos de intervenção social para perceber como se processa a sua evolução, as suas necessidades e o que é preciso disponibilizar para que eles possam responder com mais eficácia às necessidades existentes.

Um segundo ponto de atenção é em relação aqueles quatro fenómenos. Perceber se aquilo que estamos a dizer faz algum sentido ou se tem o sentido que nós lhe demos, e procurar uma incidência muito mais profunda em fenómenos que têm pouca visibilidade, nomeadamente o primeiro grupo da pobreza envergonha e escondida. É quem está no terreno quem nos diz que este fenómeno é o grande problema, que é uma emergência e que é prioritário. Para lá da pobreza extrema, que todos já conhecemos, é preciso actuar na pobreza envergonhada, mas também é preciso ter algum cuidado com isto. Por detrás da concepção ou da representação da pobreza envergonhada e da pobreza extrema estão muitas vezes identificações dos “bons pobres” e dos “maus pobres”. Identificar a pobreza extrema e crónica (e a palavra crónica em si mesmo não é uma boa palavra) pode querer dizer que aqueles são os maus da fita com os quais já não é possível fazer nada. Os outros são aqueles que até tinham trabalho, mas por um acidente ou por uma desgraça... Portanto, esta divisão entre “bons pobres” e “maus pobres” não faz bem a ninguém. De qualquer maneira, também não podemos escamotear o facto de que muita gente nos fala sobre isto e do facto que para este fenómeno da pobreza envergonhada não há uma atenção, uma resposta, um tipo de intervenção a não ser respostas muito pontuais. Portanto, em relação a estes fenómenos menos visíveis, menos diagnosticados, menos reconhecidos socialmente, precisamos ir mais longe até porque, também aqui, seguramente poderemos contribuir para a identificação, por um lado, do deficit de respostas, mas também a necessidade de respostas alternativas.

Uma terceira recomendação na qual temos que investir é o conhecimento aprofundado sobre as relações que se produzem entre pobreza e exclusão e desigualdade, prestando uma particular atenção aos processos de segregação e fragmentação territorial. Ou seja, tudo isto não pode estar desgarrado dos territórios em que estamos. O Observatório vai ter que promover conhecimento territorial. Se não houver indicadores para o território, então vamos ter que construir, vamos ter que avançar

neste sentido, vamos tentar forçar que quem tem obrigações de produzir conhecimentos nesta área, nomeadamente o Instituto Nacional de Estatística, o faça. Até porque, em alguns casos, tecnicamente já não há nenhuma desculpa para não o fazer. O mesmo ocorre do ponto de vista do *timing* da produção destes dados. Nem sequer conseguimos entender porque ainda estamos a fazer censos de dez em dez anos. Não faz sentido nenhum. É completamente irreal hoje em dia trabalhar dados populacionais com uma distância de dez anos.

O Observatório deverá continuar a reflectir sobre as relações entre necessidades existentes e emergentes e a tipologia de respostas e recursos disponíveis. Achamos que o Observatório pode aprofundar muito esta capacidade e carácter de distância que lhe permite uma visão diferente de quem lhe está mais próximo das coisas. Também aqui, com mais facilidade, podemos ter esse papel através de estudos, do barómetro, da conjugação de diferentes instrumentos, porque há uma descoincidência entre respostas e necessidades e onde elas são mais emergentes.

Uma outra recomendação é que o Observatório deverá continuar a aprofundar o conhecimento sobre as políticas. Portanto, este primeiro trabalho que fizemos sobre a base de dados das políticas e programas é para continuar e é para preencher a tal quarta ou quinta coluna.

Poderá e deverá, no nosso caso, ser relevante fazermos abordagens monográficas. Quando falávamos da necessidade de ter em conta medidas ou programas para os avaliar de uma forma mais aprofundada, parece-nos que o Observatório deve ter também esse mandato e essa missão. Nós definimos o Rendimento Social de Inserção por ser uma medida emblemática, por ser a medida mais visível e porque parece ser a **medida** de luta contra a pobreza. Por tudo isto parece-nos que o RSI é um dos primeiros instrumentos que merecem uma análise deste tipo. Para isso teremos que rentabilizar todas as parcerias e sinergias possíveis uma vez que é algo de grande fôlego.

Este tipo de avaliação do RSI vem na senda de outra preocupação... a Agenda Europeia hoje, é a agenda da inclusão activa, e a inclusão activa, por outras palavras, basicamente quer dizer em Portugal Rendimento Social de Inserção. Na minha opinião, o RSI vai ganhar uma dimensão muito mais forte do que a que já tem precisamente porque, do ponto de vista europeu, as orientações que temos do que quer dizer actualmente luta contra a pobreza é o estabelecimento de mecanismos de inclusão activa. Estes mecanismos basicamente se traduzem num novo triângulo assente entre uma prestação pecuniária, associada ao acesso a um conjunto de serviços e recursos, e

uma outra ponta que passa pela educação / formação e inserção no mercado de trabalho. Isto já é, em teoria, o RSI. É isto o que ele, em princípio, significa. A Agenda Europeia vai seguramente pressionar Portugal e todos os Estados Membros a caminhar nesse sentido. Esta é mais uma razão para o Observatório, nos próximos dois anos, fazer este tipo de abordagem a esta medida.

Uma outra questão que queremos trabalhar - e que é um desejo da REAPN, do Prof. Jordi Estivill, meu e de muitas outras pessoas que estão nesta sala - é fazer uma espécie de bateria de critérios de luta contra a pobreza. É uma coisa muito complicada e por isso ainda ninguém se atreveu a fazê-lo. Mas já é chegado o momento de pelo menos tentar. De uma forma muito imediatista, o que queremos é tentar ter um conjunto de indicadores que nos digam se uma determinada acção tem ou não potencialidades de combater a pobreza e eliminar as suas causas. Ora, como sabemos as coisas não são preto ou branco, mas há seguramente um conjunto de critérios, pelo menos de definição das próprias políticas e das suas respostas, que podem passar por aqui. Um exemplo é a questão da participação. Este é um dos critérios que importa ter em consideração na definição das políticas, na sua implementação e na sua avaliação, sobretudo se depois associarmos a este critério de participação mais um conjunto de outros critérios que estariam sempre presentes quando se faz o desenho de uma política que pretende incluir num determinado sector ou junto de um determinado público. Será que é isso que se passa hoje quando se define uma política, seja a nível nacional, a nível regional ou a nível local?

Em relação ao Modelo do Observatório, o seu enquadramento geral nasce da missão e da vontade da Rede Europeia Anti-Pobreza / Portugal de dar visibilidade ao fenómeno da pobreza e desta parte do código genético da organização de contribuir para o conhecimento e a investigação nesta área do combate a pobreza. É aqui que se situa e se enquadra o Observatório de Lisboa. A sua formação é em 2007. Em relação a periodicidade, a nossa proposta é que seja um Observatório *on going*, ou seja, não tem mandatos rígidos e fechados temporalmente. Nós podíamos ter um mandato completamente definido e, ao fim dos dois anos, o Observatório fechava e cumpria a sua missão ou entrava numa fase completamente diferente. Achamos que sobretudo nesta primeira fase, nestes primeiros três anos, deve ser *on going*. Ao ouvir o que foi dito hoje de manhã em relação aos outros Observatórios, parece-me que Observatórios com estas características vieram para ficar.

Em termos de apresentação dos resultados, este tipo de relatório, cujo primeiro exemplar foi o documento que apresentamos hoje, pensamos que deve ter uma periodicidade bienal, ou seja, um relatório em cada dois anos. Com a qualidade dos

dados que temos aqui em Portugal, ter relatórios desta natureza de dois em dois anos já será uma grande aventura. Não sei se o próximo relatório não terá que ser rigorosamente, pelo menos em alguns indicadores, igual ao que temos agora. Espero que não, porque pelo menos uma coisa acontecerá. Os indicadores que temos, ainda que continuem a ser de 2001 em 2009, estarão qualificados, ou seja, nós procuraremos dar-lhes uma qualificação através da participação dos diferentes actores.

O estatuto do Observatório é privado, no sentido que não é um Observatório público, ou seja, do Estado. Ele é promovido pela REAPN, mas é apoiado pela Santa Casa da Misericórdia de Lisboa. No fundo, até agora este Observatório foi uma parceria entre estas duas organizações. Nasceu desta condição e tem intenção de manter o estatuto privado.

Em relação aos objectivos, eles estão mencionados de uma forma muito geral. 1) Recolher, analisar e sistematizar informação, mantendo-a disponível, actualizada e apresentada sob diferentes formatos e produtos que deverão poder constituir-se como recursos para os diferentes públicos-alvo do Observatório. 2) Produzir e difundir conhecimentos aprofundados sobre determinados fenómenos específicos e particularmente relevantes para a caracterização dos principais problemas de pobreza e exclusão social. 3) Mobilizar e fazer participar todos os actores relevantes fazendo do Observatório uma verdadeira realidade de investigação-acção. 4) Elaborar propostas concretas para a melhoria das políticas, programas e acções de combate à pobreza. No fundo estas são as cinco palavras que sempre definiram o Observatório: observar, reflectir, propor, agir, avaliar. Não segue necessariamente esta ordem. Por vezes vamos ter que inverter a ordem, mas é aqui que nos situamos.

Em termos de temática, obviamente que ao se tratar da pobreza temos que dizer que é geral, porque a pobreza tem muitas dimensões, mas também vai ser específica. Aqui há um misto de dois tipos de abordagem do Observatório. É geral porque é da pobreza que vai tratar, mas é específica porque vamos, por exemplo, dedicarmo-nos também as questões da exclusão, tendo uma abordagem mais micro de alguns grupos e de alguns fenómenos.

Em termos de financiamento, até hoje, o financiamento tem sido exclusivamente da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, sendo que, obviamente, o esforço da REAPN em termos de recursos humanos que afecta ao Observatório acaba por ser também um esforço financeiro. O futuro nos dirá se continuará a existir apenas o financiamento da Santa Casa, sendo que tudo foi feito durante este ano para que não seja assim. Por um lado, porque a Santa Casa da Misericórdia não tem obrigação em estar a financiar em

exclusividade uma acção desta natureza. Por outro lado, porque nos interessa que haja outros parceiros e outros actores a financiar e a participar no Observatório. Não só pela via da responsabilidade social das empresas, mas também pelo compromisso em colaborar activamente em algumas das actividades do Observatório. Portanto, quando falamos em financiamento, falamos não só em recursos financeiros, mas também outros recursos, como recursos humanos, recursos em conhecimento, disponibilização de informação que poderia custar dinheiro. Refiro-me às parcerias institucionais com centros de investigação, universidades e as instituições que estão no terreno.

Em termos de modelo de gestão, este Observatório procurou, desde o início, ser o mais ligeiro possível. Há uma tendência natural destes Observatórios para engordarem e necessitarem de mais recursos. Os Observatórios vão caminhando e têm tendência a aumentar a sua estrutura quer em termos de recursos humanos, quer em termos físicos, e se transformarem em pequenos monstros que depois são muito difícil de gerir em todos os aspectos, não só ao nível financeiro. Depois ganham uma dimensão complexa de gestão e gastam 70% dos recursos humanos na gestão da própria estrutura. É tudo isso que nós não queremos. Como evitamos isto? Tendo uma estrutura muito ligeira quer em termos de recursos humanos, quer físicos, associando ao Observatório outros recursos. Portanto, mais uma vez é necessário o esforço de parceria e de trabalho em conjunto com outras organizações, particularmente com as universidades e organizações que produzem informações e conhecimento neste território.

Em relação aos públicos, é uma área em que queremos ir a todos os públicos, mas vamos ter que definir com mais clareza como chegamos a cada um deles. É uma área ainda de alguma incerteza. Para já, neste primeiro ano o público é toda a gente, todas as pessoas da cidade de Lisboa deveriam ter interesse naquilo que fizemos, mas seguramente que algumas acções terão que ser mais direccionadas, particularmente no seu momento de disseminação para públicos específicos e, portanto, vamos ter um esforço mais estratégico de chegar a estes públicos. Enfim, em primeira instância são as organizações sociais, as que trabalham no terreno. O Observatório quer contribuir para que estas organizações funcionem melhor e possam responder melhor aos problemas. São obviamente também os responsáveis políticos, porque pretendemos influenciar a definição das políticas. Outro público são os peritos, porque julgamos contribuir com um grão de areia para aquilo que estão a fazer, e simultaneamente aquilo que eles estão a fazer contribuem para aquilo que nós queremos fazer no Observatório. Enquanto peritos, incluo todos aqueles que trabalham na área da pobreza e da exclusão no território de Lisboa. Por fim, a opinião pública, que é o público mais complexo de atingir com uma estrutura desta natureza. Temos algumas

ideias e algumas auto-provocações. Já nos passou pela cabeça termos uma espécie de grupo de jornalistas dentro do Observatório. Já nos passou muita coisa pela cabeça. Provavelmente vamos aprender bastante com o Jan Vranken no que diz respeito à disseminação deste tipo de relatórios e produtos junto da opinião pública, ou seja, através da comunicação social para a opinião pública. É onde nós temos muito a aprender.

Em termos de metodologias, eu já praticamente as enunciei. Vamos sistematizar e analisar a informação quantitativa e qualitativa disponível, sobretudo tentando qualificar a informação quantitativa que existe. Vamos tentar manter e qualificar ainda mais estas células de participação e monitorização, ou seja, vamos tentar manter grupos de trabalho permanentes com um conjunto de organizações. Serão uma espécie de amostras de monitorização do Observatório, como, por exemplo, ter em permanência um grupo de instituições muito heterogéneas que corresponda a realidade da Cidade de Lisboa e que acompanha aquilo que o Observatório está a fazer, sejam os estudos específicos, o barómetro ou a análise das conclusões a que vamos chegando. Ao mesmo nível, este grupo deverá também incluir pessoas em situação de pobreza. Não sei se teremos um grupo autónomo de pessoas em situação de pobreza, com as mais variadas características, a acompanhar o Observatório ou se este grupo integrará o grupo das instituições. Provavelmente teremos momentos conjuntos e momentos separados. Iremos ainda ver como fazer isto da melhor forma. Será também necessário ter um Comité de Peritos que trabalham nestas áreas. É uma forma também de cativar a atenção dos peritos e de pessoas que estão a desenvolver investigações e que se sentem bastante desacompanhadas naquilo que vão fazer com essa investigação. A pessoa faz um mestrado e um doutoramento, mas no caminho e pelo caminho, as vezes, tem necessidade de encontrar respostas como o Observatório que os ajudem e que, ao ajuda-los, estariam também a ser ajudados. Portanto, passamos pela cabeça a possibilidade deste grupo de acompanhamento integrar pessoas que estão a fazer investigação na área da pobreza e da investigação. Já falei do barómetro e este será um dos métodos que iremos tentar implementar.

Em termos de produtos, vamos manter o *website* da Internet, procurando ainda que ele seja mais interactivo. Ele já é bastante interactivo mas pode não ser ainda muito claro. Há informação no site que está escondida, ou seja, muitas vezes as pessoas não fazem ideia que por detrás dos links não estão apenas um conjunto de coisas que já estão em outros sites. Estão lá, por exemplo, os Observatórios europeus e os Observatórios nacionais. Por detrás da documentação estão, por exemplo, a maior parte dos Planos Nacionais que existem no país, pelo menos o que existem em formato electrónico. Digamos que é um bom centro de documentação.

Por outro lado, vamos manter esta estratégia de organização de encontros, de seminários mais alargados e seminários temáticos e de reflexão de menor dimensão. Serão no fundo a forma de agregar os tais grupos e as tais células de monitorização. Temos o relatório bienal, tal como já tinha dito. Temos o objectivo de produzir uma revista. A ideia é procurar rentabilizar conhecimentos que existem e que estão dispersos. Sabemos que há muita gente que fez investigação, escreveu artigos, mas os publicou em sítios onde há pouca visibilidade ou não têm a visibilidade necessária que poderá ter através de uma revista desta natureza. Portanto, será uma revista mais ou menos de carácter científico, que venha integrar artigos de opinião e de investigação da área de Lisboa, mas também de outras áreas nacionais ou internacionais. Parece-nos, por exemplo, que o primeiro número da revista poderia ser o resultado deste seminário, ou seja, cada um destes senhores e senhoras poderia escrever um artigo sobre os seus Observatórios. Depois, naturalmente, teria que ter uma parte mais dedicada a Lisboa e aquilo que se está a passar em Lisboa. Podendo incluir uma secção dedicada ao que estamos a fazer no Observatório e que tem uma menor visibilidade, tal como as bases de dados.

Por fim, vamos produzir recomendações. Eu diria que já começamos, apesar de ainda ser lentamente e sem muitos atrevimentos. Mas é obvio que este relatório, com toda a modéstia e cuidado necessário, já procurou produzir algumas recomendações. Se calhar escondendo-as como auto-recomendações. Por detrás destas auto-recomendações existem outras que poderiam ser transformadas em medidas de política social ou pelo menos em melhorias em algumas das medidas de política social.

Já falei praticamente de todas as actividades que iremos fazer, com excepção da criação de uma possível Rede Europeia de Observatórios Locais. Esta ideia foi-se maturando entre o Observatório de Lisboa, o Observatório da Catalunha e outros. Estava a nascer também num projecto europeu protagonizado pela organização do Vito Telesca, sem que nós soubéssemos. Em cima disto, e como o Vito já explicou, a União Europeia achou que na tal estratégia de inclusão activa é fundamental, para o seu sucesso e a sua implementação, a constituição desta Rede de Observatórios Locais. É evidente que esta rede vai ser modelada por uma atenção específica nas questões da inclusão activa e, particularmente, no acesso aos recursos e aos bens. É aí que esta rede deve morar. Lutar contra a pobreza é basicamente lutar por direitos e pelo acesso a recursos e bens. Portanto, temos um cenário bastante interessante nesta parceria, que é ainda muito informal, e temos que avançar para um contexto que permita a concretização de uma rede europeia desta natureza. Para o Observatório de Lisboa e para a REAPN isto seria muito bom e seria uma nova batalha. Vamos ver se

podemos avançar com passos mais seguros na ideia da observação social se transformar num instrumento reconhecido, ao nível europeu e nacional.

Deixo-vos com esta imagem do *website* do Observatório. É uma página muito simples e fácil de aceder. Tem uma parte estática que descreve o Observatório. Tem uma parte de notícias que pode ser interessante para todos nós que trabalhamos nesta área, porque é relativamente actualizada e mantém o arquivo. Em relação aos documentos, temos o tal centro de documentação em construção, mas já o considero um pequeno centro de documentação. Em relação aos eventos estão os seminários e *workshops*, enfim, tudo o que organizamos. Temos também as bases de dados sobre as quais já falei.

Terminada a apresentação do Observatório de Lisboa, passamos agora para a nossa Mesa Redonda. Três das pessoas desta Mesa Redonda já conhecem e já foram apresentadas de manhã: Vito Telesca, do Observatório de Potenza, Itália; Elisabeth Maurel, do Observatório de França; e Jan Vranken, da Bélgica. Temos mais três parceiros e que têm colaborado com o Observatório de Lisboa, ainda que pontualmente, na medida das suas possibilidades. São três peritos relativamente conhecidos (e alguns são muito conhecidos) da luta contra a pobreza e altamente empenhados não só do ponto de vista científico, mas também do ponto de vista de cidadão. Falo da Prof. Manuela Silva, falo da dr.^a Elsa Pegado e do Prof. Casimiro Marques Balsa. Estes três peritos nacionais, e de Lisboa, acompanharam o Observatório e participaram em alguns dos seus momentos, ou seja, nos tais momentos de qualificação da informação e sobretudo na identificação do modelo ideal para o Observatório de Lisboa. Portanto, não estão distantes do que acabei de dizer.

Exactamente por isso, desafiaria primeiro os nossos peritos nacionais a fazerem a análise do modelo de Lisboa e pediria também para tentarem abordarem a tal questão da Rede Europeia de Observação Local. Não tiveram de manhã a oportunidade de intervir, mas seria importante ouvir a vossa opinião sobre esta questão.

Muito boa tarde. Agradeço à REAPN e ao Observatório o convite que me fizeram para estar aqui.

Falar sobre este modelo do Observatório supõe um ponto prévio, que é falar sobre a importância deste Observatório na cidade de Lisboa. Eu gostaria de sublinhar esta importância. Não é que não exista informação dispersa relativamente à situação de pobreza e exclusão social em Lisboa, mas o que de facto nós não temos e que seria de facto muito importante e interessante que conseguíssemos ter é um órgão que cuide desta informação, no quadro de um modelo teórico que lhe dê suporte, que lhe dê credibilidade, que lhe dê visibilidade e que a torne útil aos vários actores sociais, sejam eles os políticos, sejam a administração pública e os respectivos técnicos, sejam as organizações e instituições que trabalham no terreno. Por todas estas razões, eu gostaria de saudar esta iniciativa, mostrar a minha admiração pela criação deste Observatório e desejar que aquele carácter um pouco fluido com que nos é apresentado como um projecto de dois anos seja apenas uma figura de estilo e que não vá condicionar em nada o seu trabalho. Evidentemente, é completamente diferente estar num projecto e trabalhar num projecto que é para ficar ou estar a trabalhar num projecto que tem uma duração limitada no tempo. Penso que projectos com durações limitadas e fixadas muitas vezes por razões financeiras ou de oportunidade de um calendário qualquer, não são certamente as soluções mais eficazes, eficientes e duradouras. Esta é a primeira observação que eu queria fazer. Eu penso que de alguma maneira, é uma observação inútil, porque desnecessária. Quando nós olhamos para o programa que nos foi aqui apresentado, certamente que temos a noção que quem concebeu aquele programa não estava certamente a pensar num horizonte de vida de dois anos. A esperança de vida para aquele programa é com certeza de grande longevidade.

Esta manhã tivemos a oportunidade de ouvir diferentes experiências de Observatórios. Devo confessar que aprendi muito com essas apresentações e parece-me que o novo Observatório também poderá aprender. Aprender com experiência não significa mimetismo, não significa repetição idêntica. Significa exactamente reconhecer o valor da diversidade e ao mesmo tempo reconhecer a necessidade de uma grande adesão ao real. Portanto, se alguma recomendação faria a título inicial é que o novo Observatório para a cidade de Lisboa pratique um olhar realista sobre a situação da cidade.

Também queria dizer que não é a primeira vez que se fala de um Observatório sobre a pobreza e a exclusão social. Não sei mesmo se esse Observatório já não existe, se não

está para aí em alguma fase de “dormição latente”. Provavelmente existe. Outra recomendação que faria era, como um passo importante, ressuscitar esse trabalho, essa experiência para a avaliar, integrar e relacionar. Por outro lado, tanto quanto eu sei, há outros territórios do país que têm experiências excipientes, talvez até nascentes, mas que vão na mesma linha. Estou a pensar em Braga, onde houve uma tentativa ligada as instituições sócio-caritativas da arquidiocese de Braga. Não sei o que isso deu, sei que me pediram a colaboração como perito numa fase inicial, mas perdi o contacto. E sei também que na diocese da Guarda, em ligação com a Caritas da Guarda e de Salamanca, também há um projecto que vai na mesma linha. Parecia-me que seria muito interessante que este Observatório procurasse saber o que é essa realidade, o que existe e se há sinergias que se poderiam aproveitar.

Mais especificamente sobre o modelo do Observatório. Já dissemos que há vários modelos. Globalmente este parece-me muito interessante. Muito interessante desde logo porque parece que tem por detrás um quadro teórico, uma matriz teórica com alguma ou muita sustentabilidade. Estas coisas naturalmente que só se podem verificar à *posteriori*, mas do ponto de vista dos pressupostos parece que há aqui um cuidado grande em definir uma matriz teórica que eu só desejaria que se traduzisse em aprofundamento de conceitos, aprofundamento de metodologias, aprofundamento de validação de dados. Porque tudo isso é um capital importante para a credibilidade do próprio trabalho do Observatório.

Uma questão que já foi aqui falada e que era uma das coisas que tinha sublinhado é a questão do financiamento. Eu sei que é muito difícil contratualizar financiamentos a médio e longo prazo. De qualquer maneira, talvez se possa contornar essa dificuldade sublinhando a necessidade de, por um lado, diversificar as fontes de financiamento e, por outro lado, neste período de graça destes dois anos, aproveitar para encontrar formas de auto-sustentação, seja através das publicações, que desde já digo que é muito difícil, seja através de projectos com Fundações ou com as próprias estruturas comunitárias. Parece-me que uma das condições para a independência real, autentica e objectiva do Observatório seria ter uma percentagem não inferior a 50% de auto-financiamento. Sei que estou a pedir uma coisa difícil, mas o nosso director não é um homem que fuja as dificuldades e, portanto, ponha mais essa na sua agenda.

Competência científica. Do que ouvimos nas apresentações da manhã, para mim ficou muito claro que esta é uma dimensão muito importante para este Observatório. É uma dimensão que ganhará muito em ser certificada, ou seja, não basta dizer que temos técnicos muito competentes à frente deste Observatório. Eles serão dois, três, quatro, cinco... não chega para certificar cientificamente um projecto desta natureza. Portanto,

eu também recomendaria que na própria estrutura do Observatório, na sua configuração inicial, se encontrasse alguma modalidade de Conselho Científico ou parecida. Mas que fosse explícita. Claro que quando o Observatório toma a iniciativa de fazer estes workshops e chama gente do mundo académico, está preocupado com esta dimensão e está a procurar salvaguardá-la, mas eu penso que se deveria ir mais longe, dando visibilidade a isto. Estão aqui algumas pessoas do meio académico, mas ao terminar esta função, voltam às suas respectivas actividades. O Observatório ganharia em ficar com alguns nomes de referência ligados a própria figura do Observatório.

Analogamente, relativamente as instituições que estão no terreno. Eu ouvi o Dr. Sérgio Aires referir na sua apresentação que a estrutura do Observatório deve ser uma estrutura tão leve, tão ágil quanto possível. Também lhe digo que é preciso fazer um grande esforço para manter essa perspectiva de agilidade, porque a tendência é sempre para engrossar. Portanto, estou consciente disso e queria valorizar essa dimensão que parece fundamental. Mas, por outro lado, também há aqui um elemento de institucionalização que me parece ser fundamental para agilizar a própria participação das entidades ou das instituições. Portanto, não pensando num órgão muito alargado ou muito pesado, mas julgo que haveria interesse que o Observatório pudesse responder não só face a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, que é o principal parceiro e principal fonte de financiamento, mas também relativamente a um conjunto de actores devidamente identificados, a quem se prestasse contas e ao mesmo tempo se aproveitasse para integrar e incorporar a informação.

Outro tópico que gostaria de sublinhar e que também vem a propósito de uma das intervenções da manhã, nomeadamente a intervenção sobre o Observatório na Bélgica e a intervenção da Prof. Fernanda Rodrigues, refere-se a estratégia de intervenção. Este Observatório vê-se fundamentalmente como um produtor de conhecimento e de investigação, mas também com uma tarefa de tornar esse conhecimento e essa investigação relevantes do ponto de vista não só das práticas sociais das instituições, mas também do ponto de vista das estratégias políticas. Não só estratégias políticas para a cidade de Lisboa, mas estratégias para a erradicação da pobreza. Ora, isso não se faz apenas com produção de informação e de conhecimento, mesmo que se dê a esse conhecimento uma ampla divulgação e que se utilize essas técnicas mais sofisticadas de passar essa informação. Isto faz-se com trabalho de influência, lobbying estrategicamente pensado. Daí que me pareça que esta dimensão também seria uma dimensão importante. Uma dimensão que passa pela credibilidade em termos científicos e técnicos e passa pela credibilidade baseada na isenção partidária. Num país como o nosso, tão zangado pelas lutas partidárias, é fundamental que se

garanta isenção partidária, o que não quer dizer isenção política. Um órgão desta natureza tem que trabalhar com essa isenção se quer realmente influenciar as estruturas políticas.

Uma outra condição é a própria linguagem. Falou-se de manhã numa linguagem clara e acessível. Eu diria que tem que ser clara, acessível e amigável. O que quero dizer com isso? Uma linguagem que sendo clara, sendo incisiva, chamando atenção para os problemas, é uma linguagem de alguma entidade que se sente a partir de dentro. Não se coloca de fora. Não vai dar lições a ninguém, não vai chamar nomes a ninguém, não vai considerar que tudo o que está feito está mal, não vai... etc... Uma linguagem amigável na transmissão da informação. Isto parece-me pontos importantes quanto à preocupação com uma acção concreta.

Ainda duas notas. Uma refere-se a actualização dos dados. Eu aqui vou permitir-se ser um pouco exigente. É que eu acho que um conhecimento que se pretende operativo relativamente a realidade tem que aparecer com actualidade. Perdoe-me que lhe diga, mas eu não concordo que o relatório seja bianual. O relatório deve ser anual e com actualizações nas vossa página, no vosso site, sempre que haja informação relevante. Com pequenas notas. Isto é a maneira de se tornarem visíveis. Porque se daqui a dois anos vierem fazer outro relatório... qual é o interesse? E se esse relatório ainda for com dados que ainda serão do Censos 2001... é interessante para quem os faz, mas em termos de persuasão da opinião pública, não vai ter grande impacto. Portanto, eu gostaria de deixar aqui esta sugestão, que é um pedido, que considerassem a hipótese de relatórios anuais e actualizados.

Agora dir-me-ão: “Mas isso não depende de nós. Nós estamos dependentes de fontes que não estão disponíveis com essa periodicidade”. Aqui tocamos um ponto importante, nomeadamente os indicadores de substituição. Não há indicadores de validade estatística, mas podem criar-se indicadores de substituição e o Observatório está numa posição privilegiadíssima relativamente a cidade de Lisboa, porque a Santa Casa da Misericórdia tem realmente muitos dados recolhidos. Não sei como as coisas estão agora, mas em tempos tinham dados, nomeadamente fichas de utentes complicadíssimas, sendo que depois ninguém tratava aquelas fichas. Portanto, era preciso trabalhar em conjunto. Era importante dar alguma periodicidade ao tratamento dos dados, à sua homogeneização, à introdução de conceitos rigorosos que permitam uma avaliação seguida, e depois o tratamento informático dessa informação. Hoje, de facto nós dispomos de instrumentos que agilizam a informação. Se tiver uma boa base de dados nos atendimentos da Misericórdia e nas suas próprias instituições, se calhar todas as semanas podem pôr cá fora um relatório. O problema é padronizar a

informação, o problema é conseguir que os conceitos sejam rigorosos e que a recolha da informação se faça com objectividade e com algum controlo. Sabemos que as pessoas que estão no terreno tendem a pôr tudo mais ou menos na média. Depois, há que fazer também algum *lobbying* junto de quem é responsável pelas estatísticas nacionais: o Instituto Nacional de Estatística, mas também junto do governo, junto dos meios de comunicação social. Trabalhar também com vista a tornar os dados mais disponíveis.

Ainda gostava de dizer algo sobre o relatório de actividades e proposta do que vão fazer no próximo ano. Não é ambição. Mas não será excessiva? Eu acho que tudo o que ali está é imensamente interessante. É mesmo desafiante. Para os técnicos que vão trabalhar no Observatório deve ser mesmo excitante fazer todo aquele trabalho. Mas eu acho que era melhor (deixando tudo aquilo no papel, porque isso convém) tentar fazer três ou quatro projectos prioritários e ser muito rigoroso nesses projectos. Porque numa fase de arranque importa cuidar muito bem das fontes, da fundamentação teórica e das etapas da própria investigação. Portanto, seleccionar algumas daquelas vertentes. Não é pôr as outras de lado, mas é ter muita clareza relativamente ao que se vai fazer, e ter a preocupação de ir às questões que são reconhecidas por todos como sendo de grande urgência, de grande visibilidade e de grande impacto. Eu sou sensível ao argumento de que se deve estudar a pobreza envergonhada, mas temos os mendigos, os sem abrigo. São cerca de 2000. Será que não se pode pôr como objectivo acabar com estes sem abrigo nos próximos dois anos? Talvez valesse dar prioridade a uma tal questão.

Agora vou ser provocatória para mim própria porque vou entrar em contradição com o que disse ao considerar que o programa era demasiadamente ambicioso. Mas eu ando a ficar preocupada com outra questão. Dirigimos sempre a nossa energia e atenção para os pobres, os empobrecidos, mas cada vez estou mais sensível com o facto de que a pobreza é com todos. Existe pobreza porque existe riqueza mal distribuída e porque existe um muro entre os que são pobres e os que não são pobres. Os que não são pobres precisam ser estudados na sua relação com a pobreza, nos preconceitos que têm, nas atitudes que revelam. E quem são os não pobres? São os nossos políticos, os nossos empresários, os nossos dirigentes sindicais, os nossos professores, são os técnicos da acção social. Aqui há realmente que rever os preconceitos, as atitudes e motivações que nos guiam nossos comportamentos, nas nossas atitudes, nas nossas escolhas do quotidiano, porque são elas que estão a motivar e gerar a pobreza. É o consumo, é a utilização do tempo, etc. Por isso, gostava de deixar também esta minha preocupação.

Bom dia a todos. Queria dar os meus parabéns ao trabalho que o Observatório tem realizado e dizer que apesar de ter acompanhado esse trabalho em algumas etapas, não deixei de ficar surpreendida com os resultados que já foram alcançados e com os produtos que já foi possível desenvolver. Julgo que se pode dizer que os alicerces estão lançados. Há uma estrutura montada, há uma sistematização da informação, há bases de dados construídas e disponibilizadas. É possível agora trabalhar sobre esse alicerce e esta estrutura.

Na sequência do que a Prof. Manuela Silva referiu, penso que também é fundamental que o Observatório encontre aqui um equilíbrio entre dois tipos de produtos. Penso que tem que haver produtos regulares e anuais. Tem que haver produtos anuais. Não sei se será a figura do relatório ou, por exemplo, o barómetro, que me pareceu uma questão muito interessante. Depois tinha que se pensar bem nos moldes desse barómetro, qual o painel dos agregados familiares, a questão da representatividade, etc. Mas parece que tem que haver claramente produtos regulares que constituam uma imagem de marca do Observatório no sentido de se saber que todos os anos o Observatório deita cá para fora determinados produtos com informação actualizada. Em paralelo com estes produtos, parece interessante ter também estudos específicos que tenham que ver com o aprofundamento de determinadas temáticas, algumas delas também já referidas.

Em termos de desafios, e correndo algum risco de repetir alguns dos aspectos que a Prof. Manuela Silva já apontou, procuraria sistematizar algumas questões que me parecem desafios centrais quer em termos de modelo que foi desenhado para o Observatório, quer em termos das actividades que se prevê desenvolver. O primeiro está relacionado com a pressão para a produção de indicadores com o nível de desagregação territorial que se pretende, ou seja, pelo menos ao nível do concelho, mas também ao nível da freguesia. Em tempos já houve algumas tentativas neste sentido, inclusive com o Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social, antigo Departamento de Estudo do Ministério do Trabalho e ainda com o Prof. Jordi Estivill, em 97/98, tentamos construir um questionário que fosse aplicado a uma amostra representativa da população residente em Portugal, mas com incidência particular nas Áreas Metropolitanas de Lisboa e Porto. Na altura, esse projecto não foi para frente, o questionário acabou por ser aplicado em Observatórios Locais em Lisboa e no Porto, mas não com uma abrangência de todo o Concelho. Mas, valia a pena tentar retomar

projectos desta natureza e fazer essa pressão. O Observatório deve ter um papel importante nesse *lobbying*, como a Prof. Manuela referia.

Neste sentido também penso que é muito útil o objectivo de haver parcerias e protocolos com universidades e centros de investigação para o desenvolvimento de projectos de investigação e também para o enquadramento de teses de doutoramento. Refiro-me sobretudo às teses de doutoramento uma vez que neste momento as teses de mestrado são menos ambiciosas. Enquanto representante de um centro de investigação, de uma unidade de investigação credenciada pela FCT, acho que esta é uma questão importante não só pela credenciação do próprio Observatório em termos científicos, mas também cada vez é mais importante que os doutoramentos possam ser enquadrados em instituições que depois dêem visibilidade aos resultados e que haja contributos mútuos quer para o Observatório, quer para quem está a fazer o doutoramento.

Esta questão remete-me também para outra que é a avaliação de políticas. Acho que aqui é talvez a maior ambição, talvez excessiva, que se coloca ao Observatório, nomeadamente o ter a quarta coluna com os resultados das políticas. Parece-me complexo e ambicioso. Julgo que isto só pode ser feito no âmbito destas parcerias ou tomando o tal barómetro como sendo capaz de medir os impactos das políticas. Isto obviamente que coloca exigências a este barómetro em termos de representatividade, em termos dos beneficiários de que políticas. Penso que talvez seja a questão mais complexa.

Há aqui também um outro desafio que é bastante importante que é a articulação do trabalho do Observatório com a Rede Social de Lisboa. É uma questão que ainda não foi referida aqui, mas que é fundamental. Quando estava a ver a apresentação dos resultados deste primeiro relatório estava a pensar que muitos destes resultados seriam também resultados no âmbito de um diagnóstico social do Concelho de Lisboa. Portanto, penso que há aqui um desafio importante que deve ser tido em conta.

Só mais dois aspectos. O primeiro tem haver com este papel de contribuição para a definição de políticas onde se colocam maiores dúvidas, também já referidas pelos participantes. E por fim, a importância de diversificar as fontes de financiamento e nomeadamente procurar captar também alguns financiamentos. Não sei como e se será possível. Nós sabemos que o tecido empresarial está um pouco afastado destas questões, mas é importante tentar alguns patrocínios por estas vias. Já vamos vendo algumas experiências de entidades bancárias e financeiras.

Há outras questões que me interessavam particularmente discutir sobre o barómetro das pessoas que experienciam determinados tipos de fenómeno, nomeadamente a pobreza. Que dimensões é que poderia ter este painel? Que critérios de selecção? Que periodicidade? Se são escolhidas por estarem inseridas em determinado território ou por serem beneficiárias de determinado tipo de políticas? Como podemos fazer uma análise cruzada do impacto das várias políticas? Mas isso já são questões muito específicas de cariz metodológico que iremos discutir, se calhar, em outras instâncias.

Eu queria agradecer este convite e queria apontar menos para resultados e mais para o modelo. A este nível penso que vocês definiram uma grande ambição. As linhas que traçaram são linhas muito ambiciosas e acho que é muito bom. É muito bom porque quando temos uma ambição muito grande e quando se define uma meta um pouco distante pode chegar-se lá, pode-se tentar chegar mais longe. Mesmo se nós não conseguirmos fazer tudo, pelo menos temos um horizonte que nos orienta e isso é muito bom. Por outro lado, com essa ambição vem a complexidade. Eu penso que vocês não recusaram nenhuma fonte de complexidade. Com a complexidade vem as dificuldades e é preciso não escamoteá-las. Portanto, a minha intervenção seria mais no sentido de apontar para possíveis dificuldades que o vosso modelo poderia ter para se concretizar. Para isso, gostaria de identificar primeiro os factores de complexidade que vocês puseram a funcionar e depois tentar indicar aquilo que seria a vossa principal tarefa e a dificuldade maior que se apresenta ao vosso projecto.

Primeiro, as fontes de complexidade. Seguindo a apresentação que o Sérgio fez e depois a informação que temos no site e em alguns documentos, vocês identificaram pelo menos três níveis de acção que querem considerar e atacar. O nível político, querem fazer inventários de medidas, orientações, influenciar medidas e fazer avaliação, ou seja, vão entrar directamente no campo político. Vocês querem recolha, tratamento e divulgação de dados, ou seja, vão confrontar-se com o campo científico. E vocês querem fazer falar os dados, servir outros utilizadores potenciais e inventariar necessidades dos técnicos. Vocês entram plenamente no campo técnico. Portanto, vocês têm três níveis de acção que enfrentam de forma frontal: o científico, o político e o técnico.

Depois têm objectivos. Os objectivos situam-se em níveis também claros, mas muito ambiciosos. Vocês apontam para causas. Diagnosticar e considerar as causas levam-nos para a compreensão das situações e, portanto, para uma análise de médio e longo prazo. Não estou a dizer que não seja interessante. Eu faria a mesma coisa. Vocês também querem atacar as manifestações das situações, porque querem resultados. Querem que a pobreza diminua, querem que haja acção, intervenção. Vocês falam de dois níveis que são níveis bastante afastados um do outro – a análise e a intervenção. Depois falou explicitamente da prevenção, que poderia ser o terceiro campo intermédio. Não falou, mas vai lá ter. Para que serve o barómetro? Para que servem as avaliações e todas as análises intermédias? É para sinalizar um certo número de coisas que não vão bem, para permitir que haja uma regulação dos processos. Portanto, têm

três níveis de objectivos que são os mais ambiciosos e que cobrem todos os campos possíveis de intervenção.

Têm metodologias muito diferenciadas. Têm metodologias sistemáticas, análise de indicadores sociais e talvez produção de indicadores específicos por vocês mesmos. Têm análise de actores através de monografias, têm também análise de situações, mas também avaliações. São perspectivas e pontos de vista bastante diferentes. As avaliações, por exemplo, vão supor critérios, referenciais, etc. Portanto, em termos metodológicos vocês também abrem bastante o terreno.

Em termos do próprio modelo e configuração do modelo, podemos considerar três níveis. Por um lado, vocês têm uma dimensão mais passiva que é a tal base de dados. A dimensão do Observatório quase num sentido estrito do termo. Base de dados, acumulação de informação e, portanto, registo. Por outro lado, querem que a análise sirva a intervenção. Portanto, estão entre as duas polaridades – o passivo e o activo. Quem produz? Por um lado, são vocês, porque é uma célula de trabalho que não querem que engorde muito. Mas, entretanto, vão ter que abrir para outros centros de produção. Portanto, estão entre a pequena e a grande célula.

Têm também a dimensão do diagnóstico estático e diagnóstico dinâmico. Estes são outros critérios e fontes de complexidade que certamente vão ter que gerir.

Portanto, vocês não recusam nenhuma dificuldade nem ao nível da acção, nem ao nível dos objectivos, nem ao nível das metodologias, nem ao nível da própria configuração da máquina. Eu diria que estas polaridades – científico, político, técnico, passivo, activo, grupo fechado, centralizado, diagnóstico estático, dinâmico, etc – tudo isto não são polaridades alternativas. Estas polaridades são elementos do vosso esquema e devem figurar no vosso esquema. Mas são polaridades muitas vezes opostas, conflituais. Portanto, sabendo que tem de ter isto tudo, deve-se saber como vão regular a máquina. A minha contribuição, o que gostaria de apontar positivamente nesta intervenção, seria de vos sensibilizar para a dimensão de regulação e gestão da máquina. Tem que haver uma reflexão, uma capacidade reflexiva, sobre o próprio processo. Esta regulação faz-se com uma definição clara de programas e de prioridades e uma capacidade estratégica clara.

Uma das questões que ainda não foram bem tratadas pelos Observatórios que eu conheço e que penso que é interessante é a necessidade de mostrar os fenómenos de pobreza invisível, escondida. Os trabalhos que temos feito ao longo dos anos são focalizados na população que são objecto de atenção, de observação, mas que camufla outro tipo de fenómenos de pobreza. Falo concretamente da França. Há estudos sobre os jovens, porque actualmente a pobreza afecta maioritariamente os jovens, sobre os beneficiários do RSI e sobre as pessoas desempregadas de longa duração. Há muitos estudos sobre as pessoas sem-abrigo. Há assim figuras de pobreza como por exemplo os jovens, os sem-abrigo, os beneficiários do RSI. É verdade que se deixa passar outro tipo de figuras de pobreza escondida, invisíveis, que vão emergindo e que se caracterizam por problemáticas que estão na base da razão pela qual são invisíveis, ou seja, a questão do “não recurso” – são pessoas que não utilizam os serviços e que não solicitam as prestações, etc. Esta questão do não recurso é uma questão muito difícil. Quando há prestações que são fixadas tendo por base um recurso, há um conjunto de pessoas que estão no limite e que não fazem parte das estatísticas, estando assim em risco de pobreza e de precariedade. Desta forma, esta questão da pobreza escondida parece-me muito importante.

Se eu compreendi bem, a vossa ideia é construir um conjunto de indicadores que permita avaliar todas as políticas públicas tendo presente os seus efeitos na pobreza. Isto é muito interessante porque avaliamos todos os dias as políticas de luta contra a pobreza, mas esquecemo-nos que há todo um conjunto de políticas públicas que têm efeitos sobre a pobreza e que não estão centradas nesta questão. Um exemplo é a política fiscal através da qual se podem criar prestações para os pobres, mas ao mesmo tempo é a política fiscal que cria a pobreza. Por isso, ter um conjunto de critérios que permita analisar todas as políticas públicas para ver o impacto sobre a pobreza é uma ideia que me pareceu muito interessante.

Outra ideia que me pareceu interessante é a investigação e a observação social, particularmente com os doutoramentos com um conjunto de teses em preparação. Fizemos um pequeno colóquio onde reunimos jovens doutorados e profissionais da acção social sobre temáticas diversas. Por isso, acho que é uma pista que me parece interessante.

Gostaria ainda de falar sobre duas questões que me parecem difíceis e que já foram ditas. De um lado, a análise territorial e, sobretudo, análise sobre pequenos territórios. A este nível existe uma grande dificuldade na construção de dados estatísticos e

construção de uma estratégia para análise dos fenómenos. Esta dificuldade está relacionada com duas questões: a primeira, os inquéritos realizados a nível nacional não permitem extrapolar dados a um nível tão fino e específico. Se vocês quiserem fazer os inquéritos isso será muito caro. Como contornar esta dificuldade? A segunda questão é que ao nível dos pequenos territórios há dados tão sensíveis que levam, como vocês disseram, a estigmatizar determinados bairros, freguesias e, por isso, há resistências por parte das autoridades políticas de comunicar essas informações ou de o produzir para não estigmatizar o bairro/freguesia. Penso que há dois dados muito sensíveis em França: dados da taxa de desemprego e o nível de escolaridade. Ao nível da escolaridade, as administrações escolares possuem dados para o calcular estabelecimento por estabelecimento, colégio por colégio, liceu por liceu. Desta forma, seria possível ver os bairros/freguesias em dificuldades ao nível deste indicador. Mas a administração não quer dar estes dados porque são muitos estigmatizantes para os bairros/freguesias. O mesmo se passa para a taxa de desemprego. Em relação à taxa de desemprego e do emprego deve existir um acordo para dar dados tão finos por bairros/freguesias e eles, normalmente, recusam para não estigmatizar esses territórios. Eu penso que aqui há problemas. Um indicador não é uma coisa ou outra politicamente, não é uma coisa ou outra socialmente.

Outra questão que eu gostaria de sublinhar, e que já referi da parte da manhã, é a dificuldade na relação entre o conhecimento científico e a estratégia de acção, de intervenção em torno da decisão. Temos entendimentos diferentes sobre a independência e a dimensão estratégica. Eu penso que entre o conhecimento e a decisão há um grande espaço e nesse espaço acontece uma ou duas coisas. Primeiro, é preciso que a questão colocada tenha uma legitimidade em termos de opinião pública. Se não existir essa legitimidade, as proposições apresentadas jamais se aplicarão. Aquilo que foi dito sobre a estratégia de comunicação e de visualização da opinião pública, a forma de sensibilizar a opinião pública é uma coisa fundamental. Posso falar em dois exemplos em França: há estudos realizados para demonstrar o número de estrangeiros ilegais entre a população sem-abrigo numa cidade como Paris. Os estudos existem, são rigorosos em termos científicos, mas é uma questão que não passa porque a opinião pública não aceita a presença de estrangeiros no território. Como fazer com que a opinião pública se aproprie positivamente uma vez que há soluções propostas? Assim, não podemos pensar que o conhecimento vai ser a solução. Eu penso que há questões de legitimidade e de colocação na agenda política.

Outra coisa que acontece nesse grande espaço entre o conhecimento e a decisão é que face a um problema constatado, analisado, cientificamente provado, geralmente há soluções, há alternativas. Por exemplo, trabalhamos muito sobre os trabalhadores

pobres e há mil soluções, mil propostas possíveis que não são todas da mesma natureza. Isso é definido ao nível do debate político e público. Não podemos dizer que a proposta vai sair do Observatório. O Observatório analisa a questão, mas entre todas as soluções possíveis, as que são as mais realistas, as mais eficazes, saem e resultam do debate político. Por isso, eu penso que o papel do Observatório também é apresentar propostas, mas menos fazer propostas concretas e imediatas. É dar visibilidade aos problemas, fazer com que a opinião pública se aproprie desses problemas, dar atenção a esses problemas e, uma coisa que eu considero muito importante, encontrar meios para que os trabalhos produzidos e as questões colocadas sejam apropriados por todos, a todos os níveis e não apenas pelos decisores políticos. Porque é este o risco da instrumentalização, da importância da comunicação na esfera da decisão política. A responsabilidade do Observatório é fazer com que esta informação chegue a todos, a todos os níveis, utilizando diferentes formas de comunicação de forma a garantir que, qualquer que seja a decisão política, o problema seja colocado em debate junto de todos. É assim que vejo a relação entre o conhecimento e a acção.

Já tudo foi dito, por isso, gostaria apenas de sublinhar três ou quatro aspectos.

Em primeiro lugar, vocês devem acreditar no vosso projecto e se começarem a lançar o projecto para dois anos, ninguém acreditará que levam a sério o vosso próprio projecto. Vocês devem seguir em frente e, entretanto, vão procurando financiamento e meios para avançar, tanto quanto possível. Penso que isto é muito importante para levar as pessoas a acreditarem no vosso projecto.

Em segundo lugar, devem criar fortes instrumentos. Devem focar em uma ou duas das suas várias propostas, porque se dispersarem a vossa energia em todas as iniciativas, eu posso prever que irão falhar. Um instrumento forte, para mim, é a publicação anual do *Yearbook*. Não optem por publicações bianuais porque é importante estar sobre o foco da atenção política logo que possível. E vocês estarão em condições de publicarem anualmente se se esquecerem dos indicadores anuais que querem desenvolver. Esta é a parte mais difícil. Lembrem-se que anualmente existirão informações disponíveis sobre a pobreza em Lisboa que serão mais do que suficientes para ter uma publicação muito interessante de 180 ou 250 páginas. Pequenas investigações tal como teses que foram escritas ou a descrição e análise das políticas que foram produzidas... enfim, haverá informação suficiente para desenvolverem publicações anuais. Talvez, em três ou quatro anos terão alguns indicadores desenvolvidos e que serão muito interessantes para publicar, mas não deve ser o foco principal da vossa publicação. Vocês não precisam de indicadores anuais para produzirem um *Yearbook*. Para além disso, quando esta publicação existir e se tornar num instrumento importante não só para as políticas de pobreza, mas também para políticas sobre a desigualdade em geral, a administração pública irá começar a produzir informação e estatística. Eles vão querer ser reconhecidos de forma séria e estarem presentes no *Yearbook*. Por isso, não comecem pelas coisas mais difíceis. Comecem apenas pelas informações interessantes que já estão disponíveis e, entretanto, vão construindo os indicadores anuais que poderão ser publicados assim que estejam concluídos.

Não comecem por uma avaliação das políticas. A avaliação das políticas que for feita apenas terá credibilidade quando vocês tiverem credibilidade, quando conseguirem estabilizar o Observatório e as suas iniciativas como incontornáveis. Nesse momento as vossas análises de políticas serão tomadas em consideração. Mas tal não acontecerá antes disso. Não se centrem apenas nas medidas directas de combate à pobreza, mas

também nas medidas indirectas de combate à pobreza, ou seja, todas as medidas que tenham um impacto importante na pobreza e que muitas vezes são esquecidas na análise das políticas de combate à pobreza, tal como políticas de emprego, de educação, de habitação, etc. Elas têm um impacto muito mais sério ao nível do combate a pobreza que políticas específicas como sistemas de Rendimento Mínimo Garantido.

Tal como já foi dito hoje, o Observatório e o processo de construção dos Observatórios é muito difícil, mas é, por outro lado, verdadeiramente fascinante. Eu penso que apesar de todas as dificuldades, temos que falar sobre os objectivos. Para além disso, eu penso que se deve de fazer um esforço a nível nacional de colocar em prática uma rede de Observatórios. Ouvimos falar anteriormente que já existem experiências a nível nacional. Era interessante colocar em rede as experiências que já existem. Esta é uma dificuldade em todos os países. É necessário fazer um esforço para que todos os Observatórios falem a mesma “língua”.

Quais são então os objectivos? O Observatório, a nível local, deve poder antecipar os fenómenos. Este é um trabalho verdadeiramente importante. É um trabalho delicado, mas fundamental. Claro que é necessário o conhecimento da realidade social e a sua análise. É verdade que é importante avaliar as políticas. É necessário progredir no trabalho para depois se poder fazer uma avaliação das políticas sociais. Mas penso que é importante colocar a questão dos serviços e do acesso aos serviços. É uma coisa muito importante, sobretudo para os Observatórios ao nível local. Todas as outras coisas que já foram ditas, como a sensibilização e a mobilização dos actores, são fundamentais mesmo para o trabalho que fazemos, mesmo para o trabalho que se pretende fazer nos Observatórios.

Outra questão, as exigências da observação local, ou seja, a independência sobre o plano científico, a pluralidade dos parceiros e dos actores sociais que devem ser implicados no trabalho de observação social e a confrontação entre os vários pontos de vista. Eu penso que esta questão poderá ser uma das mudanças que a rede europeia poderá dar. Eu penso que isto é um primeiro elemento sobre o qual é necessário trabalhar.

Debate

1ª Intervenção:

Como foram aqui muito referidas as questões da autonomia e da independência, eu gostaria de dizer que a Misericórdia não contratualizou com a REAPN. Por isso, a Misericórdia é um parceiro. Tendo em conta o desafio que foi feito pela REAPN, em 2006, nós consideramos que era importante um Observatório para a cidade. Nós trabalhamos na cidade e para a cidade, mas de facto os dados estão dispersos e havia essa necessidade. Era um desafio e a forma de concretizar este Observatório era através do financiamento. Por isso, não é o Observatório da Misericórdia. Não há qualquer dependência. É uma parceria. É necessário para todos e é de todos os que intervêm na cidade.

2ª Intervenção

Olá. Estou aqui numa tripla condição. Estou na condição de mestrande de Bolonha. Estou fazendo uma dissertação sobre a construção de identidade das crianças ucranianas na cidade de Lisboa, e queria desde já agradecer ao Observatório porque o vosso relatório permitiu uma poupança de alguns meses de tentar agrupar uma panóplia de dados que não estavam até hoje agrupados. Uma outra valência pela qual aqui estou é na condição de representante do Bloco de Esquerda. A outra condição é de representante do vereador Sá Fernandes. É nesta condição que tenho de partilhar a minha estupefacção porque fico desagradavelmente surpreendida por compreender que em todo este processo - no passado, presente e futuro - as autarquias lisboetas, e aqui englobo a Câmara Municipal, a Assembleia Municipal, Conselhos Municipais e Juntas de Freguesias, estão aparentemente completamente alienadas deste processo. Acredito, e digo com alguma franqueza, que não é uma questão do Observatório. É uma postura de total alienação por parte da responsabilidade social que deveriam ter nestas temáticas. Gostaria apenas de lembrar que no já distante ano de 2005 foram extintas as equipas da Câmara Municipal de Lisboa que promoviam o apoio aos toxicodependentes e aos sem abrigo. Estas equipas foram extintas e, tanto quanto sei, não está previsto serem ressuscitadas. A minha dúvida é se de facto há uma procura de uma parceria, sendo que a questão da parceria é sensível devido a questão da independência, mas é natural que as autarquias e os diversos órgãos tenham um papel na ajuda da obtenção dos dados. A minha pergunta é se isto está previsto e como?

3ª Intervenção:

Pareceu-me existir alguma lacuna uma vez que não se falou muito sobre a questão da erradicação da pobreza pela raiz. Quando digo pela raiz é que ela vem muitas vezes

da questão dos salários baixos, desemprego, recibos verdes, problema de falta de apoio às famílias, etc. Quando não há salários justos, é aí que começa a pobreza e é aqui que começa a erradicação da pobreza. Por outro lado, há também a falta de distribuição da riqueza e a corrupção. Temos também o apoio à natalidade. As políticas desenvolvidas não são de apoio à família, nem à natalidade. É importante que não se lute só para acabar com a pobreza, mas que também não se promovam novos núcleos de pobreza Criam-se núcleos de pobreza com os salários baixos, etc. Penso que é um problema gravíssimo da sociedade portuguesa. Todas estas questões são importantes, mas também é importante que não se fique apenas no papel. Muitas vezes produzem-se discursos e documentos bons e muito activos, mas depois não têm consequências práticas. Se não tiverem consequências práticas, então é inútil este trabalho.

4ª Intervenção:

Tenho 12 anos de serviço. Relativamente a esta questão do Rendimento Social de Inserção, o IAC tem vindo a constatar que os técnicos de serviço social estão cada vez mais desmotivados e muito desagradados por uma série de questões políticas e de avaliação pouco realista que é feita pelos órgãos políticos. Tenho uma grande expectativa em relação ao Observatório relativamente a uma avaliação realista do que acontece. Conheço famílias antes de serem beneficiárias do RSI e as mesmas famílias depois do RSI. Questiono-me se o RSI é de facto uma medida para erradicar a pobreza. Concretamente em relação as crianças e jovens, que conheço melhor, continuamos a ter famílias e pais beneficiários desta medida que de manhã vão tomar o seu pequeno-almoço ao café e as suas crianças vão para escola sem comer nada. E continuamos com as nossas crianças e jovens a viver num regime de completa apatia. Também é bom dizer que não há estruturas do Estado para apoiar estas famílias. Portanto, dá-se mais uma vez dinheiro ou abono para a natalidade, mas não se constroem jardins-de-infância para essas crianças, para, por sua vez, os pais poderem ir trabalhar e não estarem a mercê do RSI. Vou transmitir o que se passou aqui hoje aos técnicos de norte a sul do país, com os quais tenho vindo a trabalhar, esta questão do Observatório e disponibilizo-me para poder trabalhar com dados para o Observatório para que se consiga fazer alguma coisa sobre a pobreza.

5ª Intervenção:

Apesar de ainda não estar delimitada a relação que vão ter com a Rede Social, o que vamos fazer? Qual será o nosso percurso conjunto?

6ª Intervenção:

Represento a NAUNI. Esta associação trabalha para os sem abrigo e idosos da Cidade de Lisboa. A NAUNI é uma palavra crioula que significa todos unidos, e nosso trabalho é com os imigrantes. É um trabalho de rua, de estar na rua, no meio do povo, vendo esta situação, distribuindo roupa, comida e dando apoio psicológico e jurídico. Temos em Lisboa cerca de 2 000 sem abrigos. Quero passar para o Observatório que a nossa associação está disposta a apoiar, ajudar e mandar relatórios para vocês. Temos também dados sobre os idosos que vivem aqui em Lisboa, que necessitam e não têm uma apoio psicológico.

7ª Intervenção:

O Vitto Telesca mencionou a pluralidade das parcerias na observação. Este é caminho que temos compreendido que é necessário percorrer, em parceria e em cooperação. Penso que o Observatório está orientado para este caminho. A cooperação, de facto, é o que interessa fazer na cidade de Lisboa.

Uma segunda nota que gostaria de deixar é para reforçar a ideia da Rede Social. A Rede Social está criada há relativamente pouco tempo e é de facto uma meta atingida e que veio posicionar a Cidade de Lisboa noutra patamar de cooperação. Temos finalmente cerca de mais de 200 entidades que aderiram a Rede, sejam públicas e privadas. A autarquia, o Centro Distrital de Segurança Social e a Misericórdia assinaram o protocolo e deram o primeiro passo. Muitas outras organizações aderiram e estão actualmente a trabalhar em torno de estudos já apresentados para a área dos sem abrigo, do envelhecimento, etc. Estes grupos de trabalho estão a desenvolver actividade ao nível do diagnóstico e ao nível do desenho de planos de intervenção. Estamos no bom caminho.

Hoje vemos que o Observatório será claramente uma mais valia para esta Rede, desenvolvendo todo este conjunto de actividades de forma articulada e potenciando sinergias entre todos.

Sérgio Aires

Aproveito para, já que o dr. Samuel Esteves foi o último a falar, lhe agradecer pessoalmente e publicamente o facto de ter sido o nosso interlocutor, do ponto de vista técnico, da Santa Casa da Misericórdia e ter sido um parceiro de todas as horas, minutos, segundos...

Só duas ou três notas uma vez que me fizeram perguntas directas. Em relação ao papel do poder local e o seu alheamento destas questões, se é verdade aquilo que o Dr. Samuel acabou de nos dizer, também é verdade que o alheamento em relação as questões da pobreza não é apenas do poder local. É também um alheamento dos partidos, dos sindicatos que são invariavelmente convidados para seminários desta

natureza e não estão aqui. É louvável que esteja hoje um representante de um partido político, mas invariavelmente não são actores que participem nestes encontros. Participam muitas vezes nas decisões sobre estas questões, mas recusam-se a participar nos debates que se fazem para aprofundar o conhecimento.

O mesmo acontece em relação aos dados que são divulgados. Aqui vou ao encontro dos relatórios que se fazem. Os números que foram divulgados ontem sobre a pobreza infantil são conhecidos há muito tempo e já foram divulgados várias vezes. Mas todas as vezes nos espantamos com a pobreza infantil ou com a taxa de pobreza em Portugal, de tal maneira que já tivemos um ex-Ministro da Economia a dizer que não fazia a mais pequena ideia que tínhamos uma taxa de pobreza daquela natureza. Portanto, é disto que estamos a falar e é este o tipo de sensibilidade que tem uma boa parte dos nossos actores, para não dizer a maior parte dos actores da sociedade portuguesa. Portanto, isto leva-me a dizer que ainda mais difícil se torna ter uma visão em que a luta contra a pobreza passa para uma mudança estrutural e muito pelo lado económico da questão.

Em relação ao percurso das ONGs e de parceria com o Observatório, penso que já defini mais ou menos como pretendemos encaminha-lo. A ideia é ter uma amostra voluntária, com uma adesão voluntária a esta célula de participação e de monitorização, participando activamente neste processo que iremos conceber e definir com as próprias organizações.

Em relação à questão que nos colocavam sobre as situações das equipas de rua, o problema está em que uma data de metodologias, as menos conservadoras, continuam a ser marginalizadas. Assim como os fenómenos mais invisíveis e mais extremos de pobreza são mais marginalizados, também o são os que com eles trabalham. O que acontece é que estamos a experimentar metodologias inovadoras, como as equipas de rua que são coisas com 20 ou 30 anos e que não há forma de se transformarem em respostas mais estandardizadas, ainda que adaptadas, ou que se transformem em políticas. Continuamos a fazer de conta que são experiências, projectos, coisas pontuais. Isto é não aprender com os erros.

Gostaria de agradecer a todas as pessoas que participaram, muito particularmente às pessoas que participaram nesta parte da tarde, no esforço de nos ajudar. Queria agradecer pessoalmente, em nome do Observatório, todos os contributos e afirmar a garantia de que o Observatório tudo fará para cumprir o seu papel e não defraudar as expectativas agora criadas e acarinhadas por todos os presentes. Muito Obrigado. E

passava de imediato a palavra ao Senhor Pe. Jardim para que o encerramento deste Seminário.

Encerramento

Presidente da Rede Europeia Anti-Pobreza / Portugal
Pe Jardim Moreira

Tudo isto começou numa conversa e num desafio de Jordi Estivill e de Sérgio Aires, num pequeno restaurante na Ribeira do Porto. Estes desafios começam ser por ser loucuras pelas quais eu me deixo seduzir... e ainda bem que me deixo seduzir! Pois esta loucura concretizou-se.

Penso que a participação e a qualidade dos participantes e dos nossos amigos, estrangeiros e portugueses, vieram não só dar reconhecimento da nossa ousadia e da qualidade do trabalho feito, assim como responsabilizar-nos – a todos – ara o facto de que devemos participar empenhadamente no futuro tal como esta população e este país espera de todos nós. Penso, portanto, que estão de parabéns os que trabalharam.

Quero deixar uma palavra muito especial para Sérgio Aires, porque foi ele quem deu, de facto, o grande corpo a tudo isto, dia e noite, com o apoio do Jordi Estivill do dr. Samuel Esteves, que também não poupou o seu esforço e a sua dedicação, e a todos aqueles que colaboraram. Penso que é um caminho que se abre dentro das políticas de acção social de Lisboa, mas também de Lisboa para o país e para a Europa.

Queria agradecer a presença de todos e desejar que o apoio, o interesse, a colaboração e as ofertas que fizeram para dar os vossos dados e as vossas contribuições para o Observatório venha enriquecer e dinamizar esta estrutura e para que não desanimemos e avancemos todos.

Muito obrigado e para todos um bom futuro!

ANEXO
Documentação Disponibilizada

BELGIUM

OASeS

Research Unit on Inequality, social Exclusion, Poverty and the City (Database and Yearbook on Poverty and Social Exclusion)

www.ua.ac.be/oases or www.oases.be

Duration	<p>The initiative started in 1991 and published the 1st edition of the 'Yearbook on Poverty and Social Exclusion' in the spring of 1992, covering the preceding year. This Yearbook has been published ever since. This year will see the 17th edition.</p>
Period	<p>Since its second edition, the Yearbook was published early December – for the very pragmatic reason that people pay much more attention to problems of poverty when Christmas is approaching. From the very start, the Yearbook was launched at a very well attended press conference (including TV stations) and since 1993, several days after this press conference a 'colloquy' is organized. Attended by about 150 persons in the beginning, this colloquy has developed into a major event attracting over 600 people from all layers of society (members of the poor people's associations as well as ministers). In the mean time, a website has been developed which provides updates of the statistical information. Following the publication of the Yearbook, a respectable number of interviews, conferences and articles are produced by members of the editorial board.</p>
Statute	<p>Since it is financed exclusively by the Flemish government, it focuses on the situation in Flanders. However, given the political and administrative structure of Belgium (a federal state), it also brings relevant information (including statistics) at the Belgian level and on the situation in Wallonia and Brussels. The EU context also is present.</p>
Main objectives	<p>It is one of the products of a research centre (OASeS – Research Centre on Inequality, Poverty, Social Exclusion and the City) of the University of Antwerp – which is a public organization.</p> <p>From the very start, its major objectives have been:</p> <ul style="list-style-type: none">- to collect all information on poverty and social exclusion that was produced during the preceding year- to present this information in an accessible form and language, without losing scientific quality- to keep the subject in the centre of political and public attention
Specific focus	<p>The focus is on poverty and poverty has been defined since the start of the Yearbook (1992) as:</p> <p><i>... a complex set of situations of social exclusion that stretches out over several areas of people's individual and collective existence. It results in the poor being separated from the generally accepted living patterns in society. They are unable to bridge this gap on their own.</i></p> <p>Each Yearbook consists of following parts: By way of <i>introduction</i>, the Yearbook offers the reader a theoretical framework and considers some significant societal developments, which may influence (the perception of) poverty and social exclusion. <i>Part 1</i> provides a bird's eye view of the landscape of poverty and social exclusion. Standard following fields are covered: the bottom end of the income and spending scale, the labour market, housing, education, housing and health. <i>Part 2</i> offers an overview of the most significant developments in poverty policies</p>

	<p>of the federal and Flemish authorities. Additionally, it raises the question of whether a fully-fledged social inclusion policy could ever be developed at the European level</p> <p><i>Part 3</i> has a thematic approach. Last year, the relation between poverty and health was discussed in a number of invited contributions. Other issues have been: the situation in Europe, social assistance, the ‘General Report on Poverty’; the choice usually is linked to an anniversary.</p> <p><i>Part 4</i>, finally, focuses on the measurable reality of poverty and social exclusion. It provides the reader with an annotated collection of the most relevant statistics on the various areas of social exclusion.</p>
Funding	The Database and Yearbook are financed by the Flemish Government, at least partially. About 20% is covered from OASeS’ own resources.
Management	The Yearbook is managed by the Research Centre (Jan Vranken) and is administratively supported by it. An editorial board (consisting of Jan Vranken and usually two colleagues) prepares the annual publication; it first meets the day after the annual colloquy in December. It selects the theme for the next edition, selects external authors, writes 2/3 of the Yearbook, referees the incoming contributions and rewrites them if necessary, prepares the final edition and the next colloquy. Staff is one full-time researcher and one part-time logistic support (for the statistical part), with voluntary contributions from other members of OASeS.
Main publics	The public is very diverse: it includes politicians, (federal, regional and local) public administrations, social workers, NGO’s, researchers and other scholars, students, journalists, members of the poor people’s associations, etc.
Methodologies	<p>Main methodologies:</p> <ul style="list-style-type: none"> - description and analysis using secondary sources - policy analysis - analysis of existing databases - original products - qualitative and quantitative research
Products	The production of a yearbook, a press conference, a colloquy, contributions in scholarly, professional and general journals, interviews, website, consultancy (often in the form of specific and short-term projects)
Production of recommendations	<p>Recommendations are not that explicitly aimed at by the Yearbook; they are, however, present in the text and especially in the conclusions and are brought forward during the press conference, the colloquy and during interview later. They are not neglected; often they are taken up by policy-makers.</p> <p>Its impact is illustrated by the multiple references to the Yearbook in official documents at different levels; e.g. the Yearbook’s poverty definition has become the official definition in Flanders.</p>

ITALY

Centre de programmation et services pour l'Inclusion Regione Basilicata – Provincia di Potenza

Vito Telesca
irfedi@tin.it

General context	<p>Le centre de programmation et services pour l'inclusion social est né pour répondre au besoin de comprendre les phénomènes de la pauvreté et de l'exclusion sociale qui représentent un phénomène complexe et multidimensionnel qu'on doit analyser dans toutes ses formes différentes.</p> <p>Le centre de service est coordonné par CILAP-EAPN Basilicate en partenariat avec les services sociaux de la Province de Potenza et s'autorise du soutien technique du siège régional de ISTAT. Il travaille en collaboration étroite avec des autorités locales institutionnelles, organisations non gouvernementales, opérateurs sociaux, organisations publics et privés et avec tous les sujets qui, de façons différentes, s'occupent de pauvreté et émargination sociale au niveau local. Il est financé par la Province de Potenza.</p> <p>Le Centre vise à identifier les initiatives les plus appropriées pour surmonter les conditions de gêne économique et sociale qui existent dans la Province de Potenza, en supportant, de cette façon, la planification des actions de politique sociale.</p>
Duration	2002
Period	Rapports – enquête sur les services
Territorial approach	Local et régional
Statute	C'est une Organisation publique à gestion mixte
Main objectives	<p>Le Centre vise à identifier les initiatives les plus appropriées pour surmonter les conditions de gêne économique et sociale qui existent dans la Province de Potenza, en supportant, de cette façon, la planification des actions de politique sociale.</p> <p>Dans ce contextes-là, on a exécuté une action de récolte, élaboration et organisation des données concernant le phénomènes de pauvreté, émargination, gêne et évaluation des mesures de politique sociale adoptés dans la Province. Cela pour :</p> <ul style="list-style-type: none">– Mesurer le système social dans ses composants et ses articulations– Contrôler l'évolution du système social– Evaluer les tendances et les dynamiques existantes– Indiquer des actions pour améliorer le système social– Contrôler les politiques sociales existantes
Specific focus	Il y a une approche générale sur la pauvreté.
Funding	Le centre utilise des ressources personnelles et des fonds de financement public
Management	CILAP EAPN Basilicata – responsable du projet Partenariat très fort et large (ONG, Syndicats, Autorités locales) qui est impliqué pendant tous le parcours et en particuliers dans la lectures des données, des résultats et dans la proposition des politiques
Main publics	Autorités locales
Methodologies	L'activité développée avec l'utilisation d'une série d'indicateurs qui permettent

de mesurer les phénomènes dans l'ensemble et d'identifier les éléments de gêne sociale, conçus comme un malaise personnel et situationnel (lié au contexte, au milieu, aux temps de vie) et aussi relationnel (lié aux difficultés à établir une relation avec les autres pour développer des activités adressées à la communauté) que un individu peut éprouver. En outre, les indicateurs fournissent une évaluation synthétique de la qualité de la réalité sociale.

La série d'indicateurs utilisée a permis de décrire les conditions générales de vie de la population, et a aussi focalisé l'attention de ceux secteurs-là de la population – mineurs, personnes âgées, chômeurs, handicapés – qui sont plus facilement exposés aux phénomènes de gêne, émargination et déviance sociale.

Les indicateurs sont groupés en :

- indicateurs du contexte démographique, social et économique
- indicateurs de normalité, gêne, émargination et déviance présumées
- indicateurs de la capacité de répondre aux situations de normalité, gêne, émargination et déviance présumées
- tels indicateurs représentent la capacité de répondre aux situations de normalité, gêne, émargination et déviance présumées à travers les institutions et les organismes du domaine privé et social en termes de services fournis. En effet, ils ont été créés en comparant le nombre de services déclarés comme existants ou le nombre des places disponibles pour un service aux personnes qui pourraient ou devraient l'utiliser.

Le point de départ de l'activité était l'adoption des indicateurs de Laeken qui décrit mieux le phénomène de la pauvreté et de l'exclusion sociale ; cependant, on a ressenti le besoin d'identifier d'autres indicateurs car on a rencontré beaucoup de limites.

C'est utile mentionner que l'Italie, dans les procédures de désagrégation de la donnée, est dévidée selon les niveaux territoriaux suivants : national, basé sur la répartition (Nord, Centre et Sud), régional, provincial et municipal. Ainsi, c'est clair qu'avoir des données au niveau provincial et municipal est très important pour acquérir les différences territoriales.

Des données disponibles, obtenues à travers l'utilisation des indicateurs de Laeken, reste au niveau régional, d'autres même au niveau de la division géographique. C'est le cas du revenu ; en effet, pour mesurer le risque pauvreté, les indicateurs Communautaires donnent des informations trop génériques et peu territorialisées, ainsi on a utilisé une méthode basée sur la consommation qui nous a permis d'acquérir les informations à l'échelle régionale.

Pour obtenir des données à un niveau plus bas, on a identifié la série d'indicateurs susmentionnée qui était, chaque fois, changée ou intégrée car les données existantes au niveau provincial et municipal étaient insuffisantes ou absentes.

Les problèmes observés au niveau régional sont les suivants :

- augmentation des personnes âgées
- diminution des naissances
- changement de la structure familiale
- augmentation des conditions de pauvreté et gêne
- bas taux d'activité, taux élevés de chômage à long et très long terme
- problème d'abandon scolaire
- chômage intellectuel

Pour avoir un cadre plus complet, on a dressé une carte de l'offre de services sociaux dans le territoire de la province de Potenza. A cette fin, on a mené une enquête spéciale sur les services sociaux et d'assistance implémentés par les municipalités, dans le but de définir le procédé de réorganisation des services sociaux dans le territoire provincial, en identifiant les types de service implémentés, les principales zones d'intervention, les modalités les plus utilisées, et en quantifiant les coûts et les utilisateurs des services.

On a énuméré ci-après les zones d'intervention et les types de service social aussi ; ils ont été identifiés sur la base des indications données par les règlements nationaux et régionaux.

Zones : famille et parents ; personnes âgées ; adultes ; enfance et adolescence ;

immigrés, nomades, personnes sans domicile fixe ; jeunes ; santé mentale ; toxicomanies ; alcoolisme.

Services : crèches ; assistance domiciliaire ; soutien économique ; activité de prévention ; activités pour promouvoir l'intégration ; insertion dans communautés, communautés thérapeutiques, instituts ; insertion au travail ; insertion dans structures pour handicapés ; insertion social et de travail ; insertion au travail de sujet à risque ; ludothèques ; promotion des conditions de vie ; admission en communautés ; séjours d'étude ; guichet « Informagiovani » ; soutien aux familles et aux parents ; transports.

La lecture des résultats de l'analyse a montré que les municipalités sont encore orientée vers les politiques d'assistance qui fournissent des services de soutien économique aux familles et aux adultes, assistance domiciliaire aux personnes âgées, aux handicapés et à leurs familles, transport et assistance économique aux handicapés, qui font partie des politiques traditionnelles et consolidées ; elles ont un caractère réparateur car visent à corriger ou réduire des situations de gêne déjà existantes.

Cependant, le panorama montré par l'enquête ne manque pas d'éléments de nouveauté, de nouvelles formes d'intervention qui visent à un système intégré de protection active, capable de guider les individus et les familles pour toute leur vie. En effet, on peut considérer comme innovateurs les interventions visées à améliorer la qualité de vie, les services supportant les familles et les parents, les ludothèques et les crèches, et les activités pour prévenir les toxicomanies et l'alcoolisme.

Cette enquête a donné des bons résultats : on a remarqué un intérêt notable par les institutions et les opérateurs sociaux. Dans les activités de contrôle et récolte de données, on a réussi à impliquer les syndicats, les institutions locales et les organisations non gouvernementales.

Les municipalités aussi, qui sont les institutions locales prééminentes, étaient très intéressées ; elles ont répondu aux questionnaires avec intérêt et semblaient intéressées par d'autres rencontres de programmation.

Products

Rapport annuel, Séminaires, Conférences

Production of recommendations

On a créé un véritable réseau de sujets qui portent des expériences et de la connaissance différenciés, car ils sont à différent secteurs de la réalité qui, rassemblés dans l'observatoire, donnent leur contribution en approvisionnant des inputs spécifiques à l'amélioration du système des politiques locales.

Les rapports ont été le point de repère pour étudier des questions concernant la réalité provinciale.

THE CATALAN OBSERVATORY

The decision to create an Observatory on Poverty and Social Inclusion in Catalonia is part of the mid and short term strategy for Social Inclusion that the Catalan government has developed. It is included in the government's provisional Social Inclusion Plan (it is a first draft). This Plan is still in a preliminary phase. It has not been approved by the Government Council so it has not really started yet and it has not been put into practice, even though preparatory works for a lot of different activities have already started, as the preparatory works for one of its main tools: the Observatory of Poverty and Social Inclusion. (This, is a working title the observatory does not have an official name yet). This Plan also includes the design of Local Plans for Social Inclusion, two of them have started.

Besides the provisional Plan, it is also important to see that the Catalan government shows relatively more interest than before in the social inclusion dimension. One can see it also in the document of the Catalan government pact. It defines the goals of the social and communitarian policies stressing that one of these goals is "to guarantee social cohesion by concentrating efforts on the creation of the best conditions for social inclusion". This document also explicitly stressed the necessity of the work to enhance social inclusion and defends transparency and the Catalan commitment with the European dimension; all of these are crucial dimensions that define our idea (concept?) of Observatory. One can also see this special intention in other key documents as the Strategic Agreement.

The very beginning

So, it is in this context, and under the direction and coordination of the professor Jordi Estivill, in a partnership process with APIP (Associació per la Inserció Professional) that the Catalan government had asked us to prepare the necessary background to build the new Catalan Observatory. We started doing so last year, doing the first paper, which was finished in August.

This first paper was a study of the very different Observatories that exist in Europe today, in the Spanish state and in Catalonia. We tried to analyze their characteristics and the way they work, their history and their financial sources, and different other aspects that seemed meaningful to us, such as their methodological tools, ways of management, products, etc.

After finishing this first paper, the Catalan government asked us to continue the development of the preparation for the observatory. The main objective of the work that will be done now will be to create our own background, to know what the resources are that we can count on, and to know what the conditions are under which we will have to construct the Observatory. The next phase will involve the design of the first operative project to put the Observatory in practices (to make it operational?) in short term. We would have to define its institutional characteristics, its representation strategies, the participation, the management, internal organization, professional profiles that we need, etc.

But let me come back again to what we are doing now. Our job now, as I said, is to work on four different lines, which are related to the objectives of the present moment. The first of them is the conceptual one. We have to describe and clearly define the limits of the concepts that we are going to use in the Observatory, so as to be able to find its definitive name and to be able to establish what its daily tasks will be. We have to know what we are exactly referring to when we talk about poverty, social inclusion, social exclusion or other terms, such as “vulnerability”. It is not that we have to create something new: these concepts are already well defined by different authors and from different points of view, but have to fit our own options. We have to begin to define what will be the conceptual background of the Catalan observatory. We are working on the “*vulnerability*” concept in particular, which is relatively new and seems a really interesting point of view to us to add to the other concepts used.

The second line of our work is to know which kinds of social exclusion and poverty issues have been studied in Catalonia in the last ten years, and to what extent. We want to know what has been published, and we are evaluating all the bibliography to have a general idea of the actual knowledge in Catalonia. This work will be extremely useful to avoid double effort, to know the theoretical framework that has already been created, as well as the theoretic and professional teams that have been working in this field. We will also try to point out some gaps and possible future developments of our job.

The third part of this work is to examine today’s statistical production in Catalonia, focusing mainly on the official one. We want to know what kind of data sources we have, what kind of indicators we could use, and what kind of information will be available to us. We will also have to know to what extent a profound examination of the social inclusion processes and of the poverty social analysis from a quantitative point of view could be useful, and in which manner. We also have in mind the analysis of the Laeken indicators and its application to the Catalan reality, and its place in the Catalan Social Inclusion Plan.

Finally, we are reporting on and classifying all the Catalan public policies, programs, and projects on social inclusion that have been carried out by the government. We will not do an exhaustive evaluation but a first description to put the accent on the data bases that these programs and departments have generated. This will also help us to have a clear idea of everything that has been done in the government and in what place should we include the new observatory and how the Observatory should position itself.

All this work will conclude with a complete proposition for the all the issues related to starting up the Observatory, as we have said before. Then, the politicians and the schedule will decide when and to what extent the Catalan observatory will work.

Arnau Comas i Miñarro (arnau_observatori@hotmail.com)
Member of Team - Preparatory works for the Catalan Observatory
APIP - Associació per la Inserció Professional
C/ Paloma, 23
08001 - Barcelona
Telf.: +34.93.3171614

HUNGARY

LRMI Local and Regional Monitoring Institute nonprofit Ltd. (Helyi Observatórium)

Phone: +36 (1) 375-8048
office@localmonitoring.eu
www.localmonitoring.eu

General context	Local and Regional Monitoring Institute (LRMI, Helyi Observatórium) was created to increase visibility and transparency of local governments in general, their service delivery and finance. It was created by private persons as a non-profit firm to fulfill public goals. To do what the central government and municipalities had to do by they don't do. LRMI aim to be independent from governments and political currents and act in the base professional convictions.
Duration	The idea to create LRMI born in 2006 and it was founded in 2007 and registered in 2008. In 2007 began to work its Scientific Strategic Board a control organ to determine and warrant its public goals. In 2008 it signed up a contract on cooperation with all local government associations.
Period	In 2007 it realized a bigger study project in cooperation with the biggest association of local government representing the 2/3 rd of them. This project is planned to continue in 2008. Actually it is organizing a conference on local governments' financial situation in cooperation with local governments associations. Its core "product" the local government indexes will be done for first time by the mid of 2008 and it will be presented in the framework of an international conference in September of 2008. This will end by the inauguration of the periodical publication of newsletters and reports.
Territorial approach	It concentrate to local levels: LAU 1 (micro-regional) and LAU 2 (cities, towns and villages)
Statute	LRMI is a private non-profit firm. This has a Scientific Strategic Board formed by well known persons who warrant that LRMI fulfill its public objectives.
Main objectives	<ul style="list-style-type: none"> • Increase transparency of local governments • Develop a comprehensive comparative methodology for local governments able to make international comparisons • Generate international cooperation between local governments to increase effective, the quality of service delivery, spread up innovations
Specific focus	<ol style="list-style-type: none"> 1. Local democracy and the degree of social inclusion. 2. Local public services and the public finance sector. 3. The satisfactory index of citizens and local economic trends. 4. Partnership, expertise and strategic planning of local and regional developments. (for example the process of utilization of subsidies provided by Hungary and the European Union 5. Consultancy work for enterprises and public administration.
Funding	As a private initiative LRMI is force to collect its resource from study and consultancy projects and do not receive any operating funding from anywhere. As a non-profit organization it is reimbursing its revenues from this first to its public goals. LRMI aims to apply for European and national subsidies and special project harmonizing with its objective. In this it is disposed to cooperate with other organizations with similar objective from anywhere. The LRMI aims to help local governments also in the sense to not to ask funding

	<p>from them but to try to increase their funding e.g. by generating technical assistance or cooperation projects. However in some special cases it they could have to pay.</p>
Management	<p>LRMI has a triple structure. It has operating organization, the body formed by the owners and a board of control. The operating part is headed by the executive Dr. Robert Kovács. He's surrounded by a group of scientific assistants. Because the public aim, the professional commitment, and also the early period of the life cycle of the organization owner intervene more deeply in the daily affairs of LRMI. They try to help it as they can. In the second half of 2007 the Scientific Strategic Board had a meeting each month. The number of members is 9. They are professionals from high levels of the administration, members of the Hungarian Academy of Sciences and other honorable professionals like the secretary of one of the local governments associations. They were selected to meet the practical and the theoretical side of the professions dealing with local governments. A fourth circle can be around LRMI that of those partners working together with it. Between these we can find the local government associations, research centers but also private persons etc.</p>
Main publics	<ul style="list-style-type: none"> • The 1st public is the local governments and their associations. • The 2nd kind of public is all those interested about the experience of Hungarian local governments • The 3rd are all those interested in financing projects and investing funds in the development and increase of efficiency of local governments • The 4th are all those who could be partners in common projects with Hungarian local governments • The 5th are those politicians and professionals working in public administration able to influence local government operating and development conditions
Methodologies	<ol style="list-style-type: none"> 1. Collection of data on local government in a systematic and comprehensive way 2. The creation of new tools in the base of those existing permitting the comparison of the output and performance local governments 3. Publication of the results of the analyses in using the local government index of LRMI 4. Consultancy and spread up of international experiences, cooperation projects for local governments to learn and experiment new methods 5. Forum for local governments to exchange ideas and experiences
Products	<ul style="list-style-type: none"> • The core product of LRMI is the index of local competitiveness and confidence to measure and compare local government's performance • The index means also two secondary products: <ul style="list-style-type: none"> - A database on local government for transversal and longitudinal analyses - The index is in itself an analyses tool helping to diagnose problems • LRMI will publish and send to local governments the results of the indexes in the form of regular reports • LRMI's website is working as an information base and it's developing to be converted also in forum for local governments • LRMI organize periodically workshops and conferences for local governments and professionals specialized on local governments
Production of recommendations	<p>LRMI in its studies, local technical assistance projects is not stopping at the diagnoses of the problem but try to solve it. The first step for it is the conclusion, the determination of the root of the problem and the second is the determination of possible solutions, recommendations. This is an important added value of LRMI.</p>



observatório
luta contra a pobreza
na cidade de Lisboa

1. O MODELO PROPOSTO PARA O OBSERVATÓRIO

Enquadramento Geral	- Necessidade de dar visibilidade ao fenómeno da pobreza - O papel da Rede Europeia Anti-Pobreza / Portugal enquanto entidade que tem como missão contribuir (também em termos de investigação e produção de conhecimentos) para o combate à pobreza e que defende a necessidade de fortes instrumentos de observação, análise e investigação-acção.
Fundação	2007 (ano de lançamento).
Periodicidade	<i>On-going</i> . Em termos de apresentação de resultados (relatório) tem uma periodicidade bienal. Não obstante o seu funcionamento bienal (em termos de publicação do seu relatório), ao longo de cada ano serão editados diferentes produtos.
Âmbito Territorial	Local. Concelho de Lisboa (possível ampliação futura para um âmbito mais alargado).
Estatuto	Privado.
Objectivos	a) Recolher, analisar e sistematizar informação, mantendo-a disponível, actualizada e apresentada sob diferentes formatos e produtos que deverão poder constituir-se como recursos para os diferentes públicos-alvo do Observatório; b) Produzir e difundir conhecimentos aprofundados sobre determinados fenómenos específicos e particularmente relevantes para a caracterização dos principais problemas de pobreza e exclusão social; c) Mobilizar e fazer participar todos os actores relevantes fazendo do Observatório uma verdadeira realidade de investigação-acção; d) Elaborar propostas concretas para a melhoria das políticas, programas e acções de combate à pobreza.
Temática	Geral (Pobreza) e específica (incidência em fenómenos e políticas específicas).
Financiamento	Várias fontes de âmbito local e nacional.
Modelo de Gestão	De iniciativa da Rede Europeia Anti-Pobreza / Portugal é promovido pelo Núcleo Distrital de Lisboa da REAPN. A equipa de gestão / coordenação integra um perito nacional e um perito internacional. A equipa de execução integra dois técnicos. Este Observatório caracteriza-se ainda por manter dois painéis de avaliação e acompanhamento (um que integra organizações não-governamentais e pessoas que vivem em situação de pobreza e outro que integra peritos e centros de investigação)
Público	De acordo com os diferentes produtos, o Observatório terá como públicos: Organizações Sociais, responsáveis políticos, peritos, opinião pública.
Metodologias	- Sistematização e análise de informação quantitativa e qualitativa disponível - Células de participação e monitorização - Promoção de estudos específicos - Painéis de beneficiários (e ex-beneficiários) de programas e medidas específicas tendo em vista a produção de um barómetro
Produtos	Website; Bases de dados e recursos; Seminários temáticos de reflexão e aprofundamento; Células de Observação e Monitorização; Relatório bienal, Revista, Publicação de artigos em revistas científicas, outros instrumentos de investigação.
Produção de Recomendações	Sim, de carácter genérico e específico (por temática / problema / política).

2. PLANO ESTRATÉGICO PARA O OBSERVATÓRIO (2008-2010)

Visão

Uma das actuais características da vulnerabilidade, da pobreza e da exclusão é que ao mesmo tempo que se torna visível em determinados contextos e locais das nossas cidades também continua a ser um fenómeno que se oculta e que permanece escondido. É por estas razões que algumas medidas e acções que procuram afrontar estes fenómenos, frequentemente, ficam submergidas e não são fáceis de detectar e conhecer em detalhe. A criação de um Observatório de luta contra a pobreza na Cidade de Lisboa obedece à necessidade de dar visibilidade a estes processos e a estas políticas, medidas, actores e intervenções, os quais dependem, em grande medida, da imagem colectiva que se projecta sobre a vulnerabilidade, a pobreza e a exclusão. Este Observatório poderá contribuir para criar uma representação social mais favorável e para melhorar as estratégias que procuram erradicá-las.

Missão

A missão do Observatório é a de contribuir para melhor conhecer a realidade sócio-económica da Cidade de Lisboa e, muito especialmente a vulnerabilidade, a pobreza e a exclusão social, suas causas e manifestações, bem como as políticas, os planos, os programas, medidas e experiências que tentam combatê-los. Mas não se trata somente de observar e analisar mas também criar condições para uma reflexão colectiva que permita elaborar um conjunto de instrumentos e meios que facilitem uma melhor avaliação tendo como principal objectivo tomar as decisões mais adequadas e melhorar as intervenções e os resultados.

Princípios / Valores

O Observatório de Lisboa orienta-se por vários princípios. Entre eles importa destacar a sua perspectiva participativa que se reflecte na partilha de diagnósticos e na promoção da participação dos actores privados e públicos e dos próprios cidadãos que experimentam situações de pobreza e exclusão nas diferentes actividades e funções desenvolvidos pelo Observatório. Tudo isto permitirá ao Observatório trabalhar em rede e ser, assim, mais um elemento a contribuir para o desenvolvimento sócio-económico local.

O Observatório defende a necessidade de uma forte autonomia que assenta sobre o rigor, a isenção, a sistematicidade e a transparência dos seus trabalhos. A sua capacidade de avaliação e prepositiva fundamentam-se nos mesmos princípios.

OBJECTIVO 1: Recolher, analisar e sistematizar informação

ACÇÕES / ACTIVIDADES	PERÍODO DE EXECUÇÃO	INDICADORES DE EXECUÇÃO E MONITORIZAÇÃO
Criação de um arquivo de documentação histórica	2008-2010	Colocar on-line (Centro de Documentação) na página de Internet 5 documentos significativos da história social de Lisboa
Aprofundamento das bases de dados	2008-2009	Sistematização e aprofundamento das 2 bases de dados de recursos existentes (instituições e políticas) e criação de 2 novas (legislação e bibliografia)
Criação de um “barómetro” com painéis de famílias	2008-2009	Definição e selecção da amostra, desenho de um questionário base e primeira aplicação.
Elaboração de uma primeira monografia (Rendimento Social de Inserção)	2008-2009	Desenho da investigação, obtenção e análise de dados, contraste dos mesmos com diferentes grupos de monitorização. Elaboração de recomendações. Apresentação pública dos resultados e publicação on-line dos mesmos.
Sistematização de um “índice” bibliográfico dos estudos sobre a pobreza em Lisboa.	2008-2010	Recolha e leitura dos estudos. Criação de uma base de dados com um mínimo de cinquenta referências.
Elaboração de um inventário de fontes estatísticas estáveis e criação de contratos de cooperação com as mesmas.	2008-2009	Contactos com os “fornecedores” (pelo menos 10) e elaboração de protocolos de cooperação.

OBJECTIVO 2: Produzir e difundir informação e conhecimentos

ACÇÕES / ACTIVIDADES	PERÍODO DE EXECUÇÃO	INDICADORES DE EXECUÇÃO E MONITORIZAÇÃO
Manutenção e actualização da página da internet	2008-2010	Registo do número de visitas que deverá atingir, pelo menos, 1.000 visitantes (também de outros países).
Edição de Boletins Informativos electrónicos	2008-2010	Produção de 2 Boletins electrónicos por ano.
Relatório anual	2008, 2009, 2010	Produção de um relatório anual contendo a análise e evolução dos principais indicadores seleccionados.

Revista do Observatório	2009, 2010	Criação de um Conselho de Redacção e publicação de um número por ano.
Publicação de artigos noutros meios externos ao Observatório	2008-2010	Redacção e publicação de um artigo sobre o Observatório numa revista nacional e numa estrangeira.
Contratualização de colaborações com centros de estudos para cooperação em áreas e temáticas específicas de investigação (enquadramento de teses de Mestrado e de Doutoramento)	2008-2010	Concretização de, pelo menos, 3 acordos de cooperação em três domínios específicos de pesquisa.

OBJECTIVO 3: Mobilização e participação

ACÇÕES / ACTIVIDADES	PERÍODO DE EXECUÇÃO	INDICADORES DE EXECUÇÃO E MONITORIZAÇÃO
Organização de Seminários Internacionais	2008-2010	Em 2008 terá lugar um primeiro Seminário do qual se publicarão os principais resultados. Prevê-se que este Seminário dê início a uma série de outros Seminários internacionais (Espanha e Hungria).
Criação de três “células” de participação e monitorização: Organizações Sociais, Peritos e pessoas em situação de pobreza	2008, 2009, 2010	Várias reuniões periódicas (2 por ano com cada célula) e redacção das principais conclusões.
Organização de Seminários Temáticos	2008, 2009, 2010	Organização de um Seminário temático anual.

OBJECTIVO 4: Elaboração de propostas

ACÇÕES / ACTIVIDADES	PERÍODO DE EXECUÇÃO	INDICADORES DE EXECUÇÃO E MONITORIZAÇÃO
Definição de um conjunto de critérios de luta contra a pobreza (tendo como pano de fundo as formas de intervenção)	2008, 2009	Formalização de um elenco de criterios que será debatido com as diferentes “células” do Observatório. Redacção final e disseminação de um documento conclusivo.
Elaboração de diferentes pacotes de recomendações (que derivarão dos diversos estudos temáticos a desenvolver neste período, com particular relevância para aquele que se irá dedicar à análise do Rendimento Social de Inserção).	2009-2010	Redacção de documentos conclusivos e discussão dos mesmos com diferentes actores (tendo em vista a formulação de recomendações. Apresentação das recomendações a diferentes instâncias e monitorização do seu seguimento.

3. PROPOSTA DE PLANO DE ACÇÃO PARA 2008-2009

Tendo como enquadramento o trabalho desenvolvido durante o primeiro ano de implementação do Observatório, os resultados alcançados e a reflexão estratégica e modelo sugerido para o Observatório, apresenta-se seguidamente uma síntese da proposta de plano de acção para o biénio 2008-2009.

A. Actividades de Sistema

- Aprofundamento e actualização das bases de dados (as que existem mais uma na área legislativa e outra contendo estudos e publicações – centro de documentação on-line)
- Dinamização de células de Participação e Monitorização (Grupos de Trabalho)
- Manutenção da página da Internet (incluindo aprofundamento de conteúdos – arquivo histórico e boas práticas de intervenção na luta contra a pobreza)
- Edição de um primeiro número da Revista do Observatório
- Edição de um relatório anual que incluirá uma mapificação (fotografia) evolutiva da situação com base num conjunto de indicadores seleccionados e verificáveis. Este relatório deve ter uma capacidade de proposição em termos de acção (capacidade de “passar de fotografia a filme”)

B. Actividades específicas durante este biénio

- Promoção de investigações específicas: Monografia com “lupa” sobre um tema específico (Rendimento Social de Inserção)
- Barómetro (medir o impacto de uma medida com um painel de beneficiários – análise em profundidade)
- Seleccionar e trabalhar um conjunto de critérios de luta contra a pobreza (para analisar o potencial de determinados programas em termos de impacto na luta contra a pobreza) – critérios em termos de formas de intervenção

C. Produtos

De sistema:

- Página de Internet
- Centro de documentação On-line
- Edição de um primeiro número da revista do Observatório
- Edição de um relatório anual (?) – fotografia evolutiva da situação – o relatório por excelência do Observatório
- Actas e relatórios de Seminários e reuniões das Células de Observação e Participação

Específicos deste biénio (2008-2009):

- Elenco (grelhas) de critérios de luta contra a pobreza
- Resultado da investigação específica (Rendimento Social de Inserção)
- Resultado do Barómetro

D. Recursos humanos, de funcionamento e financeiros

Recursos Humanos necessários

- 1 Coordenador (tempo parcial)
- 1 Sociólogo (tempo inteiro)
- 1 Sociólogo (tempo parcial)
- 1 Perito internacional (tempo parcial)

Recursos de funcionamento

- Aquisição de mais algum material informático (hardware mas também software para análise de dados)
- Despesas de funcionamento gerais (edição de documentos e sua reprodução, comunicações, correios, material de desgaste e administrativo, etc)
- Manutenção da página da Internet
- Despesas com edição de materiais (de imagem para eventos e publicações)
- Despesas com deslocações
- Organização de eventos (aluguer de espaços e suportes logísticos para seminários temáticos)

Recursos financeiros

Calcula-se que seja necessário um valor aproximado de 250.000 € para o biénio 2008-2009.

E. Fontes de financiamento (em fase de negociação)

Em espécie:

- Santa Casa da Misericórdia de Lisboa
- Instituições Bancárias
- Outras a identificar (para financiamento de actividades específicas)

Em suporte técnico e científico

- Resultado de acordos, caso a caso, a celebrar com Unidades de Investigação
- Conselho de Redacção da Revista do Observatório
- Células de Monitorização e Participação
- Núcleo de Lisboa da REAPN

*
* *
*